

ADI VERSO

Jornal da Adufrgs

nº 45

Tribunal simula o julgamento da dívida externa e amplia o debate sobre os aspectos políticos, financeiros e éticos do pagamento de compromissos assumidos pelo governo brasileiro

Página 3

O debate sobre a permanência dos projetos da GM e da Ford no

Rio Grande do Sul foi árido e teve de tudo. Menos, informações rigorosas analisadas sobre uma

ótica especializada.

Cercados por um conflito permeado por diversos interesses, estudos e opiniões pouco precisas alimentaram uma contenda apaixonada que dividiu os gaúchos.

Questões como geração de empregos, produção industrial e guerra fiscal passaram ao largo das polêmicas. A saída da Ford deixou uma pergunta: perdeu-se uma boa oportunidade de se discutir um projeto de desenvolvimento para o Estado?

Páginas 6, 7, 8 e 12

Deserto de idéias





Gilmar Fraga

Compromissos de uma Universidade

A regulamentação da autonomia universitária está às nossas portas e, segundo nossa avaliação – já divulgada – vai implodir o sistema universitário, abrindo a possibilidade das universidades autonomamente caminharem em direção ao suicídio como universidades públicas.

Neste quadro, resta o balcão de negócios e, falando nisso, o “affair” causado pela pesquisa Cepa-Ufrgs-RBS-Montadoras é emblemático do que pode se transformar nossa ainda universidade pública, gratuita e de qualidade.

A oligarquia das comunicações na Região Sul (RBS), com sua credibilidade crescentemente abalada, procura a Ufrgs para caucionar “teoricamente” o seu combate ferrenho contra o Governo do Estado recém-eleito.

Na coreografia da manipulação, procura o Cepa (Centro de Estudos e Pesquisa Administrativa), que atua em pesquisa de mercado para fazer pesquisa de opinião. São duas formas de sondagem bem distintas. A pesquisa de opinião sobre a postura do Governo do Estado em relação às montadoras é de um primarismo e de uma manipulação grosseira. Talvez ela comporte o ditado: “O freguês no nosso estabelecimento é Rei”.

Só que há um pequeno detalhe: somos uma universidade e temos compromisso com algumas regras de procedimento como:

1º – A área que trabalha com pesquisa de opinião é a de Ciências Sociais.

2º – Quem encomenda a pesquisa não pode intervir na liberdade acadêmica no que tange à formulação dos questionários, bem como a análise dos resultados. Neste caso, temos duas situações possíveis em relação à referida pesquisa: a) Ou o Cepa não tem competência para fazer pesquisa de opinião e, portanto, não deveria tê-la feito ou, b) o Cepa se prestou à manipulação, usando indevidamente o nome da nossa universidade para caucionar a posição da RBS.

3º – As pesquisas feitas pela universidade necessariamente devem ser objeto de análise com o instrumental científico da área em questão. Senão, para que servem o desenvolvimento das disciplinas e o nosso papel de ponta no conhecimento?

Alguns acontecimentos como esse mostram no que pode se transformar a universidade se vigorar o projeto de autonomia do MEC. Ou seja, aquelas pessoas no qual o povo investiu para fazer ciência, transmitir conhecimentos e buscar alternativas para os problemas do país terão que, para manter a instituição e se manter, correr atrás de recursos, buscando-os onde estão (junto aos ricos), sacrificando assim o rigor científico, a qualidade e, principalmente, um bem que para nós é muito precioso: a liberdade acadêmica.

OBSERVATÓRIO

Censo universitário

A maioria dos estudantes universitários brasileiros está nas instituições privadas: 1,3 milhão (61%) do total de 2,1 milhões de estudantes. Os demais estão divididos nas federais (28%), estaduais (6,5%) e municipais (5,5%). Os dados estão no censo universitário, que deverá se tornar público ainda este mês. O levantamento revela ainda um crescimento descontrolado no número de matrículas para o ensino superior coexistindo com uma crise de financiamento que resulta em evasão de professores, extinção de cursos e deterioração de laboratórios e bibliotecas.

Autoritarismo I

O fracasso dos sistemas democráticos em resolver os problemas sociais estimula a necessidade por soluções que exijam “pulso forte” nos países da América Latina. Essa é a conclusão de informe anual divulgado em Londres no último dia 4 pelo Instituto Internacional de Estudos Estratégicos (IISS). O boletim aponta uma tendência na política latino-americana de retorno do “homem forte, tanto civil como militar” ao poder, o que refletiria “um desejo de estabilidade política, uma liderança diante da insegurança mundial”. O IISS utiliza em seu relatório fatos políticos recentes que dominaram a cena latino-americana. O retorno de militares ao poder por vias democráticas pode ser observado no caso do ex-militar e ex-golpista Hugo Chávez, que se elegeu presidente da Venezuela no final de 1998. No Paraguai, o general Lino César Oviedo chegou a se candidatar, mas foi impedido de concorrer. Seu sucessor na chapa, Raúl Cubas, venceu a eleição com a promessa de que Oviedo estaria no poder enquanto ele governasse. Cubas renunciou em março. Na Bolívia, o general Hugo Banzer mantém-se no governo há dois anos. Quanto ao Chile, o estudo diz que a prisão do ex-ditador Augusto Pinochet em Londres interrompeu uma situação autoritária.

Autoritarismo II

O relatório do IISS aponta ainda uma estratégia “autoritária” utilizada por civis para se perpetuarem no poder: a reeleição. O Peru, com Alberto Fujimori, O Brasil, com Fernando Henrique Cardoso e a Argentina, com Carlos Menem, são exemplos de países que mudaram a lei para aprovar a reeleição de seus presidentes.

Como apresentar um trabalho ou aula usando TRANSPARÊNCIAS?

1 | Evite sobrecarregar as transparências. Distribua o conteúdo em várias lâminas, tornando a apresentação dinâmica.

2 | Ao usar textos, certifique-se que o tamanho das letras usadas proporcione fácil leitura.

3 | Evite transparências manuscritas. Utilize os recursos de editores gráficos para obter melhores resultados, usando cores, texturas, imagens, etc.

4 | Seu trabalho lhe custou muito esforço. Valorize-o com uma apresentação profissional.

5 | Para essas e outras criações gráficas (posters para eventos científicos, folders, cartazes, apresentações em PowerPoint, projetos de identidade visual), procure-nos.



(051) 331 05 87

**AP
VERSO**
Publicação quinzenal
Impressa em papel Ecograph
Tiragem: 4.500 exemplares

Edição: Silviano Mariani
Reportagem: James Görgen
Fotografias: Fabrícia Osanai
Programação Visual: Gilmar Fraga
Diagramação: Nilson Figueiredo Filho
Revisão: Jorge D. Barbosa

Diretoria

Presidente: Carlos Schmidt; 1º Vice-Presidente: Lúcio Hagemann; 2º Vice: Elisabete Búrigo; 1º Secretária: Regina Witt; 2º Secretária: Daniela Fialho; 1º Tesoureiro: Edson Lindner; 2º Tesoureiro: Mário Brauner; 1º Suplente: Rubens Weyne; 2º Suplente: Jaqueline Moll

ADUFRGS
ASSOCIAÇÃO DE DOCENTES DA UFRGS

Seção Sindical do ANDES-SN. Rua Otávio Corrêa, 45. Porto Alegre/RS
CEP: 90050-120 Fone/Fax: (051) 228.1188
E-mail: adufrgs@portoweb.com.br
Home Page: <http://www.adufrgs.org.br>

POLÍTICA ECONÔMICA

A dependência no banco dos réus

Firma-se na sociedade o questionamento dos aspectos políticos, financeiros e éticos do pagamento da dívida externa

Mesmo com o pagamento de centenas de bilhões de dólares em juros e amortizações, a dívida externa brasileira cresceu 48,6 vezes em 35 anos. Em 1964, a dívida somava US\$ 3 bilhões. Em 1994, início do governo de Fernando Henrique, o compromisso atingiu a cifra de US\$ 146 bilhões. Em março deste ano, a dívida chegava aos astronômicos US\$ 212 bilhões. Um detalhe: somente de 1989 a 1997, o Brasil já desembolsou, a título de juros e amortizações, US\$ 216 bilhões. Resumo da ópera: a dívida era de US\$ 115 bilhões em 89, pagamos US\$ 216 e continuamos devendo US\$ 212 bilhões. Atualmente, cada brasileiro deve cerca de R\$ 2.300 aos credores internacionais.

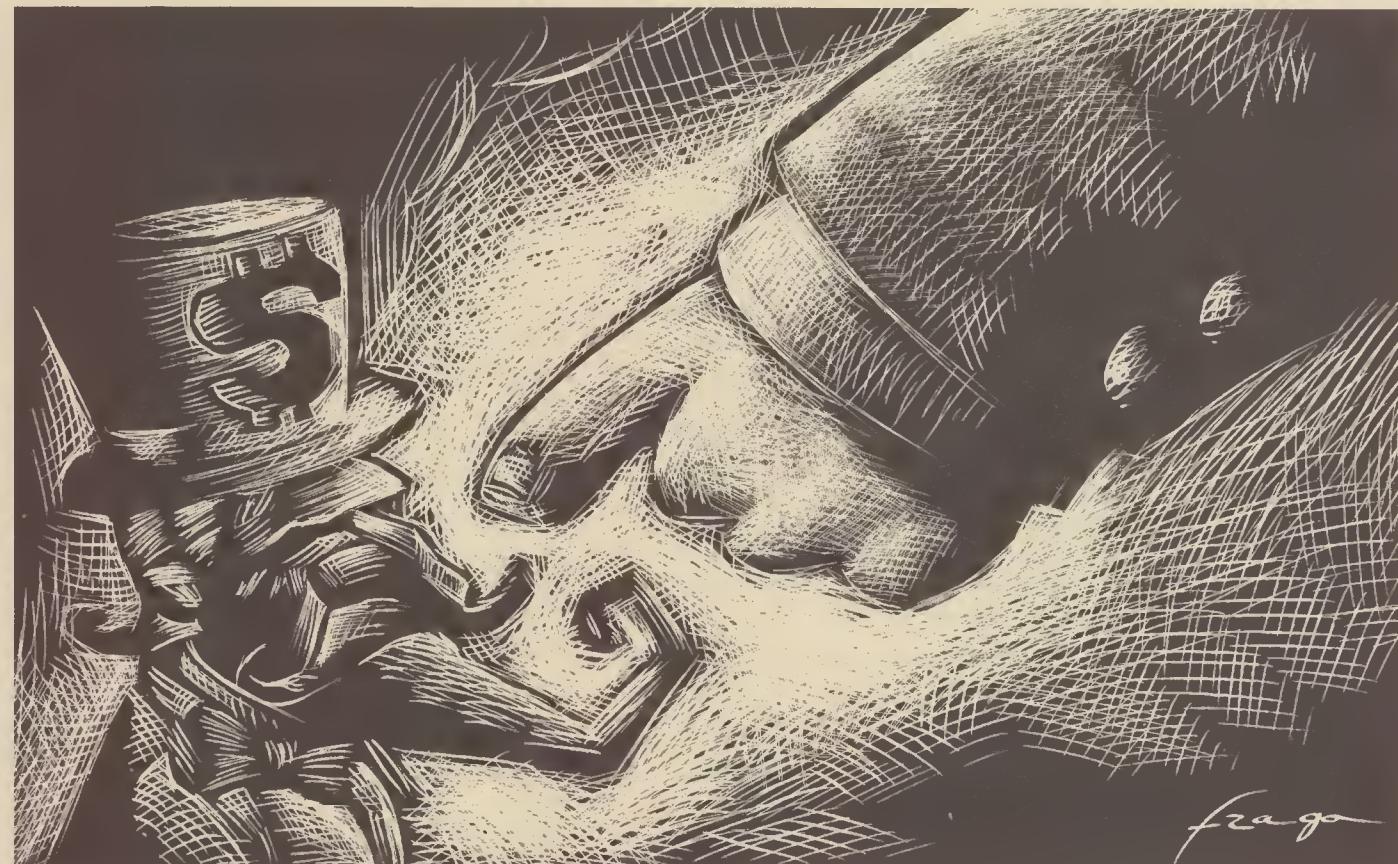
Aos poucos, o questionamento desta conta – que está se configurando como impagável – tem ganhado a atenção de especialistas e da própria mídia. Em nível internacional, a revisão radical das dívidas externas dos países pobres tem ganhado adeptos de peso. Personalidades do mundo artístico e político já se manifestaram contra o pagamento das dívidas. O próprio Papa João Paulo II lançou a campanha Jubileu 2000, que prega o perdão dos débitos externos de todos os países do Terceiro Mundo. Entretanto, o Brasil não está incluído na lista de países que teriam suas dívidas perdoadas.

Dívida e injustiça social

Com o objetivo de julgar o caso brasileiro da dívida externa e reforçar a campanha Jubileu 2000, realizou-se nos dias 26 a 28 de abril, no Rio de Janeiro, o Tribunal da Dívida Externa. O evento foi organizado por diversas entidades da sociedade civil (CNBB, CUT, MST, entre outras) e contou com a participação de 1600 pessoas, entre as quais várias lideranças políticas e religiosas.

Durante as sessões do Tribunal, que contou com depoimentos, testemunhos e apresentação de documentos, foi possível indentificar a "relação entre a dívida externa e a situação de injustiça e miséria" no Brasil, em que um quarto da população (40 milhões de pessoas) vive abaixo da linha de pobreza.

De acordo com a sentença do Tribunal, a dívida externa foi constituída "fora dos marcos legais nacionais e internacionais e sem consulta à sociedade, além de favorecer quase que exclusivamente a elite em detrimento da população e ferir a soberania nacional". O veredito propõe o engajamento da sociedade à campanha mundial pela anulação das dívidas externas. Para o caso específico do Brasil, o Tribunal recomendou a suspensão do pagamento de juros e amortizações e a instauração de processo jurídico e administrativo de auditoria do endividamento externo.



Mais impostos para pagar juros

Por determinação do Fundo Monetário Internacional (FMI), o Orçamento Geral da União neste ano destinará menos recursos para os programas e investimentos na área social e muito mais ao pagamento dos encargos da dívida externa. O governo reservou R\$ 91,9 bilhões para a rubrica "encargos financeiros da União" e apenas R\$ 4,9 bilhões – aumentados para R\$ 8,6 bilhões no Congresso Nacional – para investimentos.

"O acordo com o FMI impôs a obrigação de o Estado aumentar a arrecadação e gastar menos com as chamadas despesas não financeiras, para poder gastar muito mais com as despesas financeiras, juros, encargos e amortizações da dívida", denuncia o deputado Sérgio Miranda (PCdoB-MG), em estudo detalhado.

A lei orçamentária apresenta em seus quadros demonstrativos a previsão de que as receitas deverão superar as despesas em R\$ 16,3 bilhões. Nesse ponto reside um grande problema, pois algumas previsões já estão superadas. Vários itens de receita, por exemplo, não serão cumpridos. O governo calculou que a CPMF seria cobrada a partir de fevereiro, o que não aconteceu. A medida compensatória idealizada pelo governo, já em vigor (aumento do IOF e da CSLL), não substitui integralmente, deixando uma diferença de R\$ 1,4 bilhão. O imposto sobre combustíveis tende a pulverizar outros R\$ 2,1 bilhões.

Maior ainda será a frustração da

conta petróleo, em que a Petrobrás deve ao Tesouro parcela de seus ganhos que advém da queda do preço internacional do petróleo, por exemplo. O governo idealizou em R\$ 5 bilhões o tamanho desse repasse. A desvalorização cambial alterou profundamente essa relação. E a manutenção da integralidade do repasse exigiria que todos os derivados do petróleo subissem para compensar a queda do real frente ao dólar. Solução que ampliaria a espiral inflacionária. Assim, para manter os preços será preciso contabilizar mais esse rombo. Também haverá queda nas receitas provenientes das contribuições aplicadas aos servidores ativos e inativos; calcula-se que elas serão R\$ 1,2 bilhão menor.

Para piorar mais ainda as contas, também as receitas de concessões já estão deficitárias. O governo planeja arrecadar mais de R\$ 8 bilhões em concessões e permissões. Mas, logo em janeiro, uma quebra. Os leilões para as "empresas-espelho" das telecomunicações resultaram em deságio de 85%, dos quase R\$ 900 milhões projetados para as concorrentes de longa distância e Telenorte-leste apenas arrecadaram pouco mais de R\$ 150 milhões, quase R\$ 750 milhões a menos. Vê-se que uma significativa parcela das receitas não se efetivará.

Como se vê, a obrigatoriedade de obtenção de superávit primário de R\$ 16,3 bilhões é a única certeza para o governo federal. Diante de uma lei onde as

receitas são mera previsão e as despesas não são obrigatórias, mas apenas indicativas, o superávit de R\$ 16,3 bilhões é o único número do qual o governo não pode se afastar, muito menos para reduzi-lo. O tamanho do sacrifício necessário sequer pode ser mensurado.

Dívida privada

Sobre a dívida externa, há ainda um ponto que o governo evita discutir: o repasse de dívidas privadas para o Estado. Recentemente, foi anunciado pelo BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) um programa para socorrer empresas endividadas no exterior. Na lista de beneficiários do BNDES, a combinação Globo Comunicações/Net, por exemplo, terá uma dívida de US\$ 1,5 bilhão renovada pelo BNDES com os credores externos, colocando-se o banco como garantidor do pagamento e dos juros. Na prática, o banco troca bônus de empresas privadas brasileiras por papéis de uma empresa do banco, que é estatal. A generosidade do BNDES inclui bancos que passaram por intervenção e venda forçada e também aqueles saqueados com os bilhões do Proer. "O Brasil não possui empresas; as empresas é que possuem o Brasil", denunciou o colunista da "Folha de São Paulo" Josias de Souza. (30/4) O governo federal está montando uma operação para "cuidar do interesse de uma minoria de grandes empresas", denunciou editorial da "Folha de São Paulo" em 26 de abril.

Fotos: Fabrícia Osanai



O sonho da Universidade Aberta, presente no espírito dos anteprojetos da nova LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, foi em definitivo mutilado pela legislação que regulamenta o Art. 44 da referida Lei, o qual estabelece em seu inciso I que a Educação Superior, além dos cursos e programas de graduação, de pós-graduação, de extensão, abrangerá "cursos seqüenciais por campo de saber, de diferentes níveis de abrangência (...)" O Conselho Nacional de Educação, em Parecer de nº 968/98, examina a matéria e traça os parâmetros a partir dos quais se deve interpretar essa figura já polêmica no interior do próprio Conselho Nacional e, agora, polêmica também no meio acadêmico universitário. Resultou desse Parecer a Resolução 01/99 da Câmara de Educação Superior do referido Conselho, normatizando o tema e, recentemente, o senhor Ministro da Educação, Paulo Renato de Souza, assina as Portarias de nº 606, de 8 de abril de 1999 e nº 612, de 12 de abril de 1999, com vistas à implementação da matéria pelas Instituições de Ensino Superior do país.

Ora, se o sonho está em definitivo mutilado pelas reformas liberalizantes em curso no país, destruidoras de focos de poder-saber produzidos pela educação superior de cunho acadêmico, científico e cultural, ele ainda não acabou. Aliás, a comunidade educacional desse país está muito bem acostumada (o que é diferente de dizer acomodada) a recuar em seus sonhos e esperar a próxima oportunidade (talvez a expressão melhor fosse resistir até a próxima oportunidade) para, acordada, fazê-los acontecer. Mutilar, felizmente, não significa aniquilar totalmente, definitivamente. Essa mesma comunidade vem alimentando muitos e variados sonhos, qual, por exemplo, o de uma educação pública qualificada social e culturalmente pelo amplo acesso de todos/as brasileiros/as às instituições de ensino e de educação. A expansão das oportunidades educacionais, que poderia vir a se concretizar nos ideais de uma Universidade Aberta, propugnada pelo senador Darci Ribeiro à época de tramitação dos anteprojetos da nova LDB na Câmara e no Senado, está, momentaneamente, mutilada pela oferta dos assim chamados Cursos Seqüenciais por campo de sa-

Sonia Ogiba / Professora da Faculdade de Educação da Ufrgs

Flexibilização da oferta não significa expansão

ber. Isto porque, flexibilizar a oferta de cursos superiores no contexto de um modelo econômico de cunho globalizador e de mercado, por uma questão de lógica política, não significa (e não implica) expandir as oportunidades educacionais. Nesse contexto, o sonho possível é o da diversificação da educação superior. Ora, uma simples olhada nos dicionários da Língua Portuguesa, no verbete diversificar/diversificação é suficiente para se concluir que essa expressão não tem o sentido de expansão e/ou ampliação. Um estudo, não tão simples, da linguagem em sua perspectiva discursiva indica a todos/as nós que os sentidos têm a sua política e que existe a política dos sentidos.

Assim, não podemos ser ingênuos/as e naturalizarmos as palavras e os seus significados, a um tal ponto de usarmos abusivamente a expressão flexibilização com o sentido de abertura, expansão, quando, na verdade, nesse contexto de reformas sociais e educacionais liberalizantes, flexibilizar não é expandir e sim mutilar a graduação superior e a própria Universidade, fazendo com que a mesma passe a operar relações mercantis de livre mercado. A tão propalada diversificação da educação superior através da oferta dos Cursos Seqüenciais por campo de saber, quer na modalidade de formação específica, quer na de complementação de estudos, não tem outro sentido que não o de desintegrar o direito social de uma educação superior, de cunho profissional e acadêmico. Mais ainda, cria-se com esse argumento a expectativa do acesso imediato ao mercado de trabalho e a visão falaciosa de que a diplomação/titulação superior é o referente básico para o ingresso no mundo do trabalho. Sobretudo, porque o enunciado da diversificação não deixa visível o fato de que nos modelos de mercado em curso nas economias globalizantes o acesso ao emprego é facilitado pelo "capital de diplomas e títulos" apenas pelo fato de que, nesse contexto, há uma maior oferta capitalizada do que uma demanda de emprego: nessas economias, o mercado de trabalho é restrito, com pouca ou limitadíssima expansão. O desemprego em massa que vem ocorrendo em várias partes do mundo, gerado pela lógica própria do modelo, é o fator que está a determinar o acesso dos/as pessoas mais diplomadas/tituladas a esse mercado e não o acesso dessas

pessoas a uma formação superior de cunho básico ou específico, obtida através de cursos seqüenciais por campo de saber, por exemplo. Pensar ao contrário, é ficar na contramão do nosso tempo; do tempo de milhares e milhares de jovens que se não lhes oportunizarem o espaço da reflexão, da análise das condições de existência das atuais políticas sociais e educacionais e dos seus efeitos e, sobretudo, dos seus equívocos, estarão de modo irremediável submetidos/as à vontade de um poder neoconservador, neoliberal e outros tantos neos que nossa capacidade gerativa puder produzir.

Um outro aspecto que gostaria de apenas pontuar, já que o mesmo foi amplamente discutido em documento elaborado pela Câmara de Graduação da nossa Universidade é o da suposta idéia de inovação trazida ao ensino superior pela figura dos Cursos Seqüenciais, apresentados no Parecer 968/98 como uma nova modalidade de ensino superior. Ora, assim como não somos (ou não devemos ser!) ingênuos/as no uso das palavras, também é nosso dever fazer uso da memória temporal, histórica e política, a qual nos habilita a ficarmos em estado de alerta em relação a discursos e práticas que nada mais são (e isso, de fato, não é nada trivial) do que a reprodução de formas educacionais anteriores e que agora emergem com novas denominações. As políticas militaristas dos anos 60 produziram alternativas às demandas do setor industrial em expansão (no contexto dos anos 60 expansão, de fato, significou expandir), tais como os cursos de curta duração nos campos da engenharia de operação, os quais foram extintos em 1977, e os da formação de tecnólogos. Numa análise política dos argumentos que sustentam a criação dos Cursos Seqüenciais por campo de saber, e a consequente diversificação da educação superior, a alusão a essas alternativas tem o sentido de enfatizar a capacidade discursiva do projeto hegemônico neoliberal que, ao inscrever-se na lógica da continuidade e ruptura, caracterizadora das formas históricas de dominação nas sociedades capitalistas, apresenta-se disfarçada e simultaneamente original e repetitivo. Ou, ainda, de demarcar o que não há de tão novo nas novas formas de exclusão na educação.

Cesar Thober / Chefe do Departamento de Engenharia Química da Ufrgs

Diretrizes curriculares serão editadas ainda este ano



Com a nova edição da Nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação – Lei nº. 9.394 de 20/12/96, o Ministério da Educação e do Desporto, por intermédio da Secretaria de Educação Superior – SESu, mediante os Editais no 04/97 e 06/98, convocou as Instituições de Ensino Superior a apresentarem propostas, manifestações e sugestões para as novas Diretrizes Curriculares dos cursos superiores, que serão elaboradas pelas Comissões de Especialistas da SESu/MEC e deverão substituir os atuais Curículos Mínimos da antiga LDB.

Passado o período de propostas e sugestões, a maioria das Comissões de Especialistas já se reuniram e apresentaram aquilo que poderíamos chamar de documento básico de discussão sendo que, em algumas áreas, o processo encontra-se em fase adiantada e com prioridade para a elaboração do documento final das Diretrizes Curriculares do Ensino Superior. Na área da engenharia, por exemplo, o prazo de novas sugestões teria se esgotado no dia 10 de abril, porém informações verbais dão conta que serão aceitas sugestões ainda até o início de maio, quando esta Comissão voltará a se reunir.

As Diretrizes Curriculares, que devem ser mais modernas, atualizadas, flexíveis e acompanhar o desenvolvimento das diversas profissões, irão provocar uma grande modificação nos currículos dos cursos superiores já no início do terceiro milênio.

Dentro os parâmetros encomendados no Edital do MEC, encontram-se itens como:

- 1) perfil desejado dos egressos;
- 2) competências e habilidades;
- 3) Conteúdos curriculares;
- 4) Duração dos cursos;
- 5) Estrutura modular dos cursos;

6) Estágios curriculares e atividades complementares.

Dentre as características mais marcantes desta nova legislação, destacamos as seguintes:

a) As matérias básicas e essenciais de cada currículo terão no máximo 50 % dos conteúdos comuns em todas IES. Instituições de Ensino Superior que ministram tais cursos, podendo divergir e inovar nos 50% restantes para a integralização dos cursos;

b) Definida a duração mínima do curso, o maior curso das IES que possuírem esta área de conhecimento, não poderá ultrapassar mais do 50% deste mínimo. Ex.: se o curso for definido como tendo duração mínima de 3.000 h, o maior curso do País não poderá exceder 4.500 horas;

c) A estrutura dos cursos será modular permitindo que a educação continuada seja consolidada, podendo também incluir cursos seqüenciais por área de conhecimento;

d) Atividades complementares e estágios mais adequados a realidade dos egressos.

Cursos seqüenciais

Finalmente, temos como fruto da nova LDB os chamados cursos seqüenciais, recentemente regulamentados pela Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação através da Resolução nº 1 de 27/01/99. Tratam-se de cursos superiores em campos de saber com diversos níveis de abrangência, podendo ser de dois tipos:

I – Cursos superiores de formação específica, com destinação coletiva, conduzindo a diploma, e

II – Cursos superiores de complementação de estudos, com destinação coletiva ou individual, conduzindo a certificado.

Os cursos superiores de formação específica (tipo I), deverão ser submetidos a processos de autorização e reconhe-

cimento, buscando resguardar a qualidade de ensino, diz a Resolução em seu artigo 5º, tendo como limite inferior 1.600 horas, podendo seus conteúdos serem futuramente aproveitados em cursos regulares de graduação, desde que façam parte ou sejam equivalentes as disciplinas dos currículos dos cursos plenos.

De outra parte os cursos de complementação (tipo II), possuem carga horária livre, a critério da IES e não necessitam de credenciamento nem autorização para funcionarem.

Uma novidade da Resolução nº 1 é a hipótese dos alunos que não concluirm o curso de graduação virem a fazer jus a um certificado de curso superior a nível de complementação de estudos, à critério da IES.

Desta feita, abre-se assim um espaço muito grande para novos cursos superiores de curta duração, conduzindo a diploma ou certificado.

Mais uma vez fica aqui a questão da responsabilidade e dos critérios que serão utilizados nestas novas modalidades, pois a idoneidade e seriedade dos cursos a serem oferecidos precisam ser bem estudados e definidos, para não se correr o risco de transformar as IES em um supermercado de cursos superiores, cuja finalidade social e profissional seja inaplicável.

Na campo das profissões regulamentadas será preciso saber como estes novos instrumentos serão considerados, pois particularmente vejo com preocupação cursos seqüenciais em áreas como as da saúde, direito, engenharia e odontologia, apenas como exemplos, tendo em vista a grande responsabilidade social dentas áreas profissionais com os seus serviços prestados à comunidade.

e-mail: thober@enq.ufrgs.br

SOCIEDADE



ONGs podem assumir papel social do governo

Num país onde apenas 8% da população faz parte da chamada elite e os 92% restantes se dividem entre pobres e remediados e onde o governo preocupa-se cada vez menos com a questão social, as ONGs (Organizações Não Governamentais) desempenham papel cada vez mais destacado.

O combate à exclusão social e à defesa dos direitos de mulheres, crianças e adolescentes são as principais atividades das ONGs no Brasil. Essa é uma das constatações do livro *O impacto social do trabalho das ONGs no Brasil*, elaborado pela Abong (Associação Brasileira de ONGs). A publicação ressalta a atuação das organizações que mais se destacaram em todo o país, entre elas a Ação de Cidadania contra a Miséria e pela Vida, que coordenou a campanha contra a fome. À frente desta mobilização esteve o sociólogo Herbert de Souza, o Betinho. No trabalho "ONGs: um perfil – Cadastro das Associadas da Abong", consta que 41,9% das ONGs têm as mulheres como o público alvo e 14% das 211 filiadas à entidade garantem que o chamado sexo frágil é a primeira opção.

Mas crianças e adolescentes também são foco de atenção das ONGs. Em março de 1988, estas entidades se articularam em torno do Fórum Nacional Permanente de Entidades Não-Governamentais de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente – Fórum DCA, que tem entre seus objetivos denunciar as omissões e transgressões aos direitos das crianças e adolescentes.

Por iniciativa do Fórum e do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, o Ministério da Justiça criou uma Comissão de Combate ao Extermínio, cuja atuação centrou-se em fazer gestões junto às secretarias de Segurança dos Estados para assegurar a apuração e a punição dos casos de extermínio, cujas vítimas eram crianças e adolescentes. O Fórum conta hoje com o apoio de mais de 27 entidades que trabalham em defesa dos excluídos.

Com a decadência do sistema de saúde no Brasil, as ONGs se voltaram também para as campanhas de prevenção e combate à Aids. Entre as ações destas entidades estão a edição e a divulgação de material educativo/preventivo para que as pessoas saibam como evitar as doenças sexualmente contagiosas. Além disso, os portadores do vírus HIV recebem o apoio direto destas ONGs que, por meio de parcerias com as empresas, também impedem que os doentes sejam alijados de seus ambientes de trabalho.

A Abong está preparando o calendário de ações para este ano. Está trabalhando também na elaboração de um projeto de desenvolvimento social, que será discutido com os vários segmentos da sociedade. "Este ano será do aumento do desemprego, da falência

das empresas e da fome", avalia Maria José Jaime, secretária-geral da Abong. A CUT (Central Única dos Trabalhadores) também elabora um projeto alternativo para que o país possa alavancar e para que a população possa ter mais qualidade de vida. A central vem apoiando o trabalho das ONGs, reconhecido também pela Conferência Nacional dos Bispos (CNBB) e até pelo governo federal.

Registro simplificado

O governo reconhece a importância das ONGs, mas se diz preocupado com a proliferação indiscriminada destas entidades. Na legislatura anterior, o Executivo apresentou um projeto de lei que dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito público, sem fins lucrativos, como as ONGs.

Na prática, a proposta procura simplificar o mecanismo de reconhecimento institucional das ONGs e definir o que pode ou não entrar nessa qualificação. Institui também uma parceria para permitir a negociação de objetivos e metas entre o poder público e as entidades qualificadas e o monitoramento e a avaliação de projetos.

Organização não-governamental (ONG) é o termo usado internacionalmente para designar instituições que realizam trabalhos voltados para o bem público, sem ligação com o estado ou compromisso com políticas oficiais. A atuação de entidades como o Greenpeace e a Anistia Internacional popularizou a sigla ONG como sinônimo de sociedade civil participativa. Juridicamente, são entidades civis sem fins lucrativos, de utilidade pública ou não, dedicadas em geral a causas humanitárias ou ecológicas.

A estrutura das ONGs, assim como as formas de congregar associados e receber recursos financeiros, é variável. Assumem a forma de cooperativas, ou associações profissionais e comerciais, fundações, grupos religiosos ou de defesa da paz e desarmamento, grupos de defesa dos direitos humanos e de causas ligadas a meio ambiente e desenvolvimento, e institutos de pesquisa. No Brasil, as primeiras organizações não-governamentais surgiram na década de 1960 em defesa dos direitos dos presos políticos. As comissões de Justiça e Paz e as comissões em favor da anistia aos adversários do regime militar se multiplicaram. Na metade da década de 90, o número de ONGs era estimado em cinco mil, dos quais cerca de 40% se dedicavam a causas ecológicas. A proliferação das ONGs tem sido entendida como falta de confiança na capacidade do estado de solucionar problemas sociais, mas também revela a expansão do conceito de cidadania, pois cada vez um maior número de pessoas participa da solução de problemas coletivos.

PESQUISA

População perde a confiança na moeda e no governo

Atordoados pela crise econômica e pela desvalorização do real, os brasileiros confiam cada vez menos na promessa de estabilidade econômica e no desempenho do presidente Fernando Henrique Cardoso. Pesquisa realizada pelo Instituto Datafolha mostrou a pior avaliação da moeda brasileira desde que o Plano Real foi implantado, em julho

de 94. Apenas 34% dos entrevistados avaliam o real como bom ou ótimo, uma queda de 27% se comparado com o índice de 61% de aprovação verificada em pesquisa de dezembro de 98. A popularidade do presidente também não é das melhores. Entre os pesquisados, 36% acham o desempenho de FHC ruim ou péssimo, o mais baixo índice de popularidade desde que o presidente assumiu o primeiro mandato, em janeiro de 95. A nota média dada a Fernando Henrique foi 4,7, contra 5,6 de dezembro último. Ou seja, o presidente recebeu sua primeira nota vermelha.

A desaprovação dos rumos da economia e ações do governo cresceu em todas as regiões, em todos os segmentos sociais e em todas as faixas etárias, conforme revela a pesquisa, realizada na primeira semana de fevereiro deste ano em 94 municípios de todos os estados. A desconfiança em que a economia será estabilizada cresceu. Aumentou de 48% para 68% nos últimos dois meses o percentual dos que acreditam que a inflação vai aumentar; 72% prevêem o crescimento do desemprego; e 48% acham que haverá redução do poder de compra.

Dos entrevistados, 59% avaliam que a crise financeira é mundial, que o Congresso Nacional contribuiu para que ela ocorresse no Brasil, mas apontam o governo federal como o principal responsável pela situação de crise e 65% acreditam que a crise fugiu ao controle de FHC. Para 61%, o presidente enganou os eleitores ao garantir que manteria a estabilidade do real.



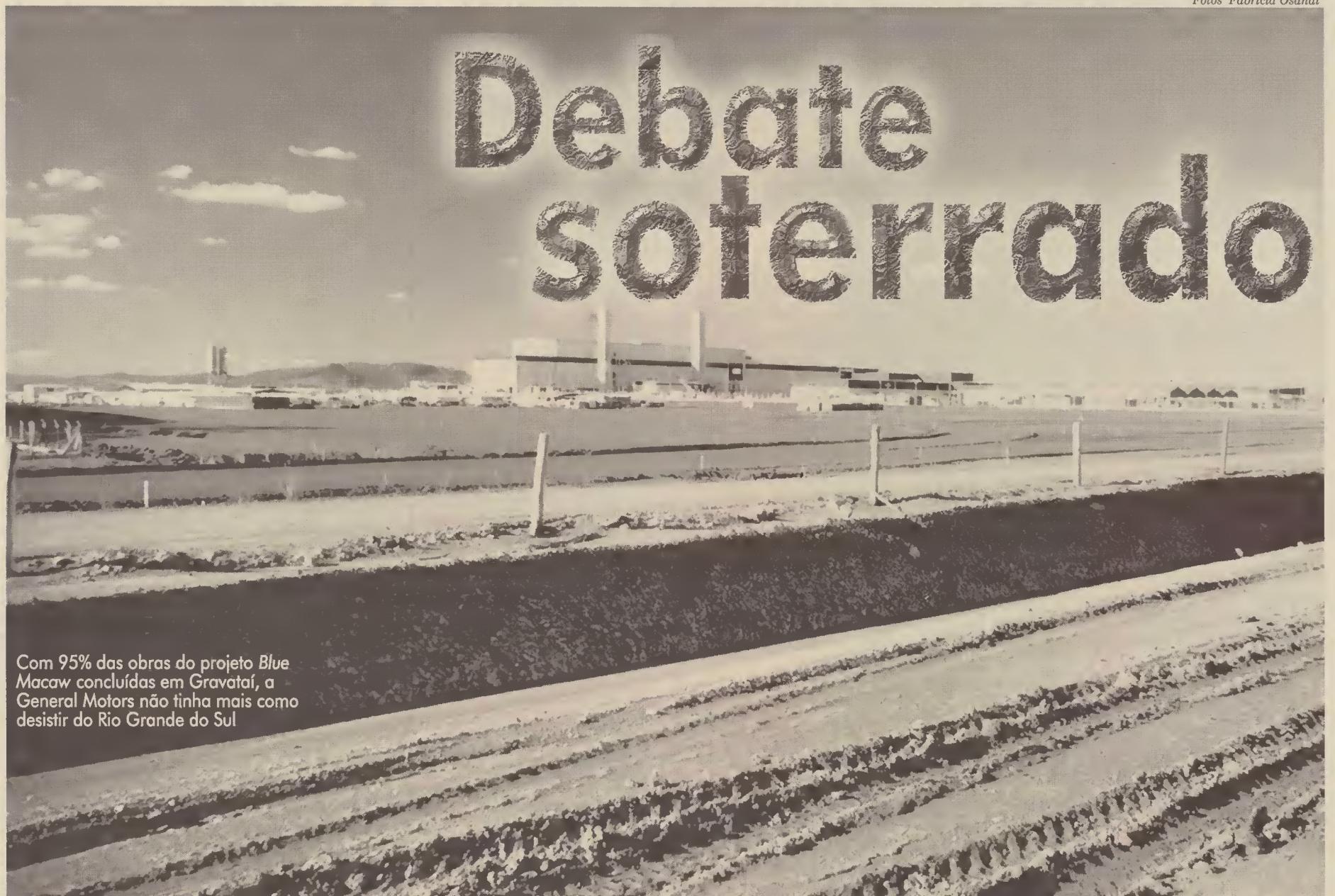
JUSTIÇA

Precatórios a receber

A Adufrrgs solicita que os seguintes professores entrem em contato com a Secretaria da entidade para tratar de assunto relativo à ação movida para obtenção de precatórios:

Alvino Viegas de Souza
Annelise Jahns Kretzchamnn
Leonildo Aldemir Winter
Lorraine Maria de Medeiros Schuch
Luiz Antonio Mazzini Fontoura
Maria Teresinha Santos
Martha Dominga B. de Ferrari
Neyra Machado da Silva
Nicodemis da Silva Milles
Oscar Daniel Corbella
Vera Maria Castilhos Cabral

Fotos Fabrício Osana



Com 95% das obras do projeto Blue Macaw concluídas em Gravataí, a General Motors não tinha mais como desistir do Rio Grande do Sul

Debate soterrado

Foi-se a Ford. Ficou uma dúvida (pelo menos): se as negociações fossem conduzidas de uma forma menos apaixonada, a sensação de frustração seria a mesma? Enquanto muitos gaúchos se dizem de luto e outros apóiam a decisão do governo do Estado em reduzir a liberação de recursos públicos para as duas maiores indústrias de automóveis do mundo, a maioria esmagadora da população não domina argumentos técnicos para explicar por que ficou de um lado ou de outro. Temas como geração de empregos, processos de produção e guerra fiscal, para ficar nos mais importantes, sumiram do noticiário para dar lugar a uma torcida ideologicamente dividida entre o nacionalismo atrasado e uma modernidade dependente do modelo de livre mercado que não sobrevive sem a bengala do capital estatal. Com a polarização pública e o esvaziamento da discussão, a proposição de um projeto de desenvolvimento foi relegada ao último plano.

James Görgen

Você é contra ou a favor da General Motors e da Ford receberem dinheiro do governo estadual para produzirem carros extremamente modernos na Região Metropolitana de Porto Alegre? Simplificada, esta pergunta varou os rincões mais distantes do Rio Grande do Sul no último mês. Entrou em lares onde há pouco mais de quatro anos não havia luz elétrica e vagou por ruas onde o desemprego é um vizinho tão conhecido quanto o dono da vinda onde se tenta comprar fiado. É fácil prever que ninguém é louco de se colocar contra a chegada de empreendimentos deste quilate. Difícil era explicar ao proprietário do bolícho que dentro de dez ou 15 anos as modernas plantas industriais que as duas montadoras podem implantar em Gravataí e Guaporé estariam totalmente obsoletas. Precisar de um aporte semelhante de recursos para se modernizarem e continuarem cuspindo carros, sob pena de terem de fechar as portas. Seria mais complexo ainda entender que esta década e meia coincidiria com o início do pagamento de compromissos assumidos nos contratos.

Um "detalhe" como este talvez só tenha tirado o sono de gente como o engenheiro mecânico Gilberto Cunha. Integrante do Laboratório de Otimização de Produtos e Processos (Lopp) e professor do programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção da Ufrgs, ele entende que os milhões de dólares liberados agora podem ser só o começo de uma roda viva que compromete-

terá recursos públicos sempre que houver necessidade das montadoras se modernizarem. "Os incentivos fiscais que o governo concede agora praticamente coincidem com o final da vida útil da instalação fabril", alerta Cunha. "Para eles não fecharem esta fábrica daqui a 10 ou 15 anos vai ser necessário haver toda uma renegociação de incentivos", completa.

O engenheiro afirma que uma década e meia é o tempo máximo de um ciclo de evolução da robótica, ramo da mecânica que domina as unidades fabris de grande escala no mundo inteiro. "Em 15 anos, um robô pode não ter chegado totalmente ao fim de sua vida útil em termos de mecânica, mas a eletrônica e o software (programa de computador) vão estar completamente defasados", explica.

Exercícios de ficção

Outro detalhe que foi deixado de lado está ligado à automação industrial. Como a maioria das modernas plantas de fábrica do mundo, as linhas de montagem da Ford e da GM funcionam pelo sistema consorciado de produção. Por este processo, os fornecedores de módulos de peças ou serviços (suspensão, pinturas, rodas e pneus, vidros e assim por diante) trabalham em conjunto dentro do *site location* da montadora. Para que as respostas aos pedidos de peças ocorram no menor tempo possível, a organização dos sistemas (no caso da GM, serão 17) em volta da planta-mãe exige alta tecnologia. "Isto só é possível fazer se toda a gestão de cada uma das unida-

Geração de empregos foi uma incógnita em todo o processo

Em tempos de desemprego galopante, desprezar os novos postos de trabalho que seriam gerados pela implantação dos dois empreendimentos é insensatez, garante a oposição. Boa parte do discurso montado para convencer a sociedade gaúcha da necessidade de se atrair as montadoras a qualquer custo estava galgado neste argumento. O governo do Estado, entretanto, vem evitando falar em números. Conceitualmente, as autoridades entendem que a indústria automobilística não é o setor que mais gera oportunidades e, portanto, esse volume de recursos distribuído em outros setores poderia trazer um reflexo muito maior para a economia gaúcha.

Até hoje, não chegou-se a um consenso sequer sobre quantos postos de trabalho seriam gerados. Logo no início dos debates, um estudo da Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (Fiergs) apontava que o projeto GM poderia abrir 201 mil vagas diretos e indiretos. Contratada pelo governo de Antônio Britto para fazer um estudo comparativo com a implantação do projeto da Fiat em Betim (MG), a consultoria Coopers & Lybrand chegou a um número quase quatro vezes menor: 67 mil. Um levantamento atribuído à Fundação de Ciência e Tecnologia (Cientec) cogitou ainda a geração de 166 mil empregos.

Recentemente, o diagnóstico *Plataforma Tecnológica Cadeia Automotiva do Rio Grande do Sul*, coordenado pelo professor Paulo Antônio Zawislaki, do programa de Pós-Graduação em Administração da Ufrgs, estimou que de 150 mil a 200 mil empregos diretos e indiretos poderiam ser gerados entre os dois investimentos. "Não existe nenhuma base técnica ou cálculo sério que sustente estes resultados", critica a economista do Departamento Intersindical de Estudos Sócio-Econômicos (Dieese), Lúcia Garcia. "Eu não acredito nesses números", diz a economista. De concreto, só existem as previsões de empregos diretos (incluindo os sistemistas) divulgadas tanto pela Ford (4,5 mil) quanto pela General Motors do Brasil (4 mil).

des estiver funcionando por meio de um sistema computacional muito eficiente", explica Cunha.

Tanto o projeto Blue Macaw, da GM, quanto o Amazon, que seria implantado pela Ford em Guaporé, deverão ser gerenciados pelo software de automação R3, da software house alemã SAP. Feito sob encomenda, seu custo gira em torno de US\$ 10 milhões. Segundo Cunha, a implantação total de um software deste calibre deve se estender por três ou quatro anos. "Se é para ter um sistema consorciado para valer, vai demorar alguns anos até tudo funcionar devidamente engrenado. Eles não têm a menor possibilidade de trabalhar a pleno vapor na partida", alerta o professor. Como está baseada na produção, as atuais previsões de geração de empregos e faturamento não passariam de meros exercícios de ficção.

Queda-de-braço

Essas informações introdutórias possibilitam que habitantes do município de Guaporé, onde seria instalada a fábrica da Ford, tirem pelo menos uma conclusão: no debate sobre a instalação das montadoras questionamentos como o de Gilberto Cunha foram deixados de lado.

O que se viu na imprensa nas últimas semanas, foi duas dezenas de reuniões a portas fechadas onde técnicos da Secretaria de Desenvolvimento e Assuntos Internacionais (Sedai) tentavam explicar aos executivos brasileiros das duas companhias norte-americanas que não poderiam honrar compromissos firmados pelo governo anterior porque não existem recursos disponíveis em caixa.

Ao mesmo tempo, a oposição ocupava espaço

para acentuar ainda mais a polêmica, um trabalho do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) vem sendo usado pelos dois lados para desmerecer ou confirmar as estimativas. Em março deste ano, o governo lançou uma publicação oficial (*Informe Direto*) onde mostrava que o trabalho do BNDES colocava a indústria automobilística no 37º lugar da lista dos setores que mais gerariam emprego no Brasil (a 1ª posição seria da agropecuária). Eram 139 postos de trabalho para cada R\$ 1 milhão acrescentado ao faturamento. A mesma relação geraria 273 empregos no setor de artigos do vestuário (2º na lista) e 247 para a indústria de café (4º posição).

Para contra-atacar, a assessoria legislativa do PMDB pegou uma calculadora e mostrou que o índice do BNDES, assumido pelo governo como válido, confirmaria a grande geração de empregos. No caso da Ford, o cálculo totalizaria 194,6 mil postos. A GM acabaria gerando 166,8 mil empregos (número igual ao divulgado pela Cientec). Um total de 361,4 mil novas vagas, que se fossem confirmadas, poderiam minorar em muito o sofrimento do trabalhador gaúcho. Somente na Região Metropolitana de Porto Alegre, local onde se instariam os dois complexos industriais, existem 311 mil desempregados, conforme indica a pesquisa de Emprego e Desemprego publicada pela Fundação de Economia e Estatística (FEE) e pelo Dieese em abril relativa ao mês de março.

No meio de tantos cálculos, mais uma vez a discussão técnica ficou pelo meio do caminho. Em qualquer tipo de estimativa de geração de empregos, os especialistas trabalham com o conceito de vazamento. Isto significa um percentual da produção que varia conforme a quantidade de peças ou serviços originados em outros estados ou países. O presidente da Ford, Ivan Fonesca e Silva, em mais de uma ocasião anunciou que gostaria de chegar ao terceiro ano de operação da unidade de Guaporé utilizando 95% de peças nacionais, das quais 60% seriam gaúchas. Traduzindo do econômico para o que interessa: 36,6% do total de empregos da Ford estariam sendo gerados fora do estado. "Pelo menos 70 mil empregos cada empreendimento tem que gerar", assegura o economista do PMDB, Ricardo Hingel.

Mesmo que 100% destes empregos fossem gerados dentro do estado, o governo não acredita que todas as vagas prometidas seriam criadas. "Uma vez que não houve um compromisso firmado nos contratos, existem apenas metas de geração de emprego", sustenta o secretário de Desenvolvimento e Assuntos Internacionais, José Luiz Vianna Moraes, lembrando que a produção estimada de veículos pode não ser atingida em sua plenitude. Para Hingel, a projeção de empregos só não se confirmará caso a cadeia produtiva completa não seja implantada. "A GM sozinha não vai gerar 100 mil empregos. Eu quero a cadeia produtiva que vem junto com ela", afirma. "A partir da implantação das fábricas é que vamos trabalhar com algum número e saber quem está com a razão", define o coordenador da Equipe de Monitoramento de Complexos Industriais, Marcelo Lucca.

A cada ano que passa, a indústria automobilística mundial emprega menos seres humanos em seus processos de produção. Dentro de pouco tempo, não será novidade se a automação industrial equiparar o número de robôs e de funcionários de carne e osso dentro de uma mesma fábrica. Em Bremen, na Alemanha, a Mercedes-Benz possui uma unidade que está neste caminho. A fábrica produz 1,5 milhão de carros por ano (dez vezes mais que a projeção da GM para Gravataí). No local, trabalham duas mil pessoas e 800 robôs. "Esse é um processo que não tem volta porque os empresários entenderam que automação gera precisão", garante o professor do programa de Pós-Graduação em Engenharia da Produção da Ufrgs, Gilberto Cunha. Por tratar-se de uma planta sem similar no mundo, a relação homem/máquina nas montadoras locais poderia ser parecida com a da fábrica alemã.



Sete semanas antes de anunciar sua saída, a Ford paralisou as obras no terreno de Guaporé. O professor vem fazendo um estudo sobre todos os projetos de montadoras que se instalaram no país nos últimos anos. "Em sua totalidade, os acordos das novas montadoras foram mal tratados pelo Poder Público", afirma. Arbib lamenta que o governador Olívio Dutra não tenha aproveitado o impasse com as duas indústrias para chamar outros estados a discutir as consequências negativas da guerra fiscal e da falta de um projeto estratégico para o Brasil. Para ele, esta foi uma oportunidade perdida de ir além no debate sobre uma política nacional de desenvolvimento. "A discussão está longe de ser gaúcha", lembra Arbib.

empreendimentos que não têm a característica típica das empresas capitalistas", explica Cattani. "Com isso, em quatro anos é possível reduzir pela metade o desemprego no Rio Grande do Sul", estima.

Acreditando

que a Frente Popular não possui

um projeto para

gerar desenvol-

vimento, a oposi-

ção prevê um fu-

turo negro para o Estado. "Nós sabemos mu-

tio bem que o não queremos e está em discussão a

construção de um projeto integrado-integrador", assegura o secretário-adjunto do Trabalho e Ação Social, Antônio Cattani.

Além de falta de recursos imediatos, os quase

300 mil desempregados somente ao redor de Por-

to Alegre lembram a todo instante que não basta

apenas idealizar projetos para o futuro. Segundo

Cattani, o plano do governo é investir de forma

articulada para gerar empregos tanto em áreas

que absorvem muita mão-de-obra (construção ci-

vil e agricultura, por exemplo) quanto em inteligen-

cia (educação, formação e qualificação de tra-

balhadores) e na chamada economia solidária.

"Vamos estimular o associativismo e os novos

DESENVOLVIMENTO

Repasso tecnológico não foi exigido

Como fazer. Este é o segredo guardado a sete chaves pelas montadoras. Com um pouco de insistência, os governos – anterior e atual – poderiam ter assegurado para o estado este diferencial na negociação com as duas maiores indústrias de veículos do planeta. No atabalhado processo para conquistar os empreendimentos, as autoridades parecem ter se esquecido de garantir o domínio da tecnologia em um futuro próximo. Em ambos os contratos, não há previsão de repasse de *know how* e, muito menos, a implantação de um centro tecnológico voltado para a formação de mão-de-obra especializada. "Nós temos as fábricas mas não sabemos produzir os automóveis", observa o professor do Laboratório de Otimização de Produtos e Processos (Lopp) da Ufrgs, Gilberto Cunha.

Depois do primeiro estrago, o debate polarizado que se instalou no Estado com a notícia de que o governo petista pretendia rever os incentivos públicos destinados às montadoras continuou abafando a discussão da autonomia em Ciência e Tecnologia. "Este evento no Rio Grande do Sul seria uma maneira de puxar o estado para dentro do cenário internacional em termos de metodologia e tecnologia", afirma Cunha. Qualquer perspectiva neste sentido parece remota. No caso da Ford, o contrato prevê apenas a construção de uma escola técnica para 1,2 mil estudantes.

Descendo a ladeira

Produção de Veículos	1997	1998	Variação
Total Brasil	2.069.700	1.573.100	-23,99%

Fonte: Anfavea

Respeitando uma lógica de política industrial capitaneada pelo desenvolvimento tecnológico do Primeiro Mundo, os técnicos do governo Antônio Britto preferiram não investir neste campo e deixaram toda a tarefa de montar os carros com quem sabia fazer isso melhor. "Nós não temos tempo de reinventar a roda", declara o economista Ricardo Hingel, um dos cérebros do governo anterior na estratégia de atração de investimentos estrangeiros e atual assessor técnico da bancada do PMDB na Assembleia Legislativa. "Temos que buscar tecnologia, mas não significa que eu tenha que desenvolvê-la. É só comprar o kit pronto", resume. Pragmático, Hingel acredita que o Brasil sempre estará atrasado tecnologicamente em relação aos países industrializados.

Engenheiro mecânico, Gilberto Cunha enxerga nesta política de dependência tecnológica uma reprodução perfeita dos conceitos que imperaram no modelo de desenvolvimento industrial proposto pelo governo de Fernando Henrique Cardoso. "Podemos

recuperar um pouco do atraso, mas nosso estado não vai se tornar um pedaço do Brasil no Primeiro Mundo porque a idéia é ficar atrelado a eles e apenas melhorar um pouco nos

sa posição como país satélite", lamenta o professor do Pós-Graduação em Engenharia da Produção da Ufrgs.

Nem tudo está perdido, porém. O grande salto pode estar na assimilação de procedimentos e na modernização por osmose, onde as pequenas e médias empresas locais absorveriam tecnologia apenas pelo fato de se relacionarem com as grandes. Historicamente, o setor automobilístico é o maior catalisador das inovações em torno da automação industrial (não por acaso, Henry Ford foi o inventor da linha de montagem em série). "Empresas que queiram avançar ao longo dos próximos anos têm que se incorporar a essa cadeia de produção automotiva", profetiza Hingel.

Neste ponto, Cunha concorda com o economista do PMDB. O professor da Ufrgs cita exemplos de fornecedores da General Motors instalados fora do complexo industrial de Gravataí que já estão tendo que se capacitar para enfrentar o nível de exigência da companhia norte-americana. "A cultura empresarial destas montadoras vai obrigar a oxigenar a maneira de ser das empresas ligadas a elas", garante o professor.

Mercado doméstico em baixa
Vendas Automóveis
Período
Janeiro/Março 1999

	1998	1999	Variação
VOLKSWAGEN	88.908	73.000	-17,89%
FIAT	80.378	67.600	-15,89%
GM	73.363	51.600	-29,66%
FORD	38.563	14.200	-63,17%

Fonte: Anfavea

Primeiro mundo "exporta" montadoras

Producir carros em escala industrial é uma atividade que não atrai mais os esforços dos governos do Primeiro Mundo há pelo menos 15 anos. Em geral, quando o assunto é financiar novos investimentos de grandes montadoras, as autoridades torcem o nariz. Os tecnocratas sabem que, além de gerar pouco emprego, a indústria automobilística mundial vem enfrentando uma relativa paralisia no escoamento de sua produção, o que acaba reduzindo a possibilidade de incremento nos impostos de uma determinada região. A mão fechada das burras norte-americanas nos últimos 15 anos acabou fazendo com que as indústrias automobilísticas nacionais e estrangeiras instaladas nos Estados Unidos tivessem que rodar o mundo em busca de novas oportunidades (leia-se recursos públicos a um baixo custo financeiro). Com a possibilidade de fabricar um mesmo modelo de automóvel com peças americanas ou taiwanesas numa unidade brasileira, as empresas multiplicaram em escala mundial as fontes de abastecimento para seu mercado doméstico. Iniciava aí um fenômeno que ficou conhecido como internacionalização da produção.

Depois de sobrecarregarem o leste, o primeiro movimento foi em direção aos estados do sul dos Estados Unidos. A tendência passou a ser chamada de

Go south (Vá para o sul) e contaminou não só as grandes corporações solidificadas em Detroit mas a maioria dos investimentos diretos estrangeiros (IDE) instalados na década de 80 ao redor da "Capital do Automóvel". Assim como no Brasil de hoje, estados tipicamente voltados para a produção agropecuária se enfronharam em uma briga de cachorros grandes pelo *boom* de desenvolvimento e geração de empregos que as montadoras possivelmente detonariam sobre suas economias atrasadas.

Em pouco tempo, o fator incentivos públicos tornou-se determinante para a definição da localização de um novo empreendimento. Gigantescas estruturas como a da General Motors começaram a se despedaçar em diversas unidades, cada uma com a tarefa de seduzir governos em busca de investimentos públicos que bancassem projetos privados. Junto com dezenas de minimontadoras, instalava-se a guerra fiscal.

Não demorou muito para que Washington chiasse com os governos estaduais obcecados por tal conduta. "Isto que eles não liberaram nada comparável ao que foi concedido no Brasil", compara o professor do Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo, Glauco Arbix. Novamente, as companhias fizeram as malas e mudaram-se para o que consideram

o território mais setentrional dos Estados Unidos: o México. Segundo Arbix, nos últimos 12 anos a Delphi – divisão de autopeças da GM – abriu 78 fábricas no país vizinho. As empresas não só gostaram da recepção dos mexicanos como reforçaram o *lobby* no sentido de convencer o governo americano a criar um mercado comum – o Nafta – e reduzir as taxas alfandegárias para incrementar o comércio de mercadorias entre os dois países. Quando a mesma política se esgotou na América do Norte, o jeito foi atravessar o Oceano Atlântico e chegar na Europa. Menos de cinco anos depois, a volta ao mundo da trupe de montadoras desembarcou na América do Sul.

Arbix observa que os projetos de internacionalização das gigantes chegaram a países como o Brasil justamente em um momento em que a indústria automobilística está em crise no mundo. De 1997 para 1998, a produção mundial de veículos caiu de 53,4 milhões de unidades para 53,1 milhões, menos de 1%. Parece pouco, não fosse o fato de que as plantas industriais estão trabalhando a meio vapor. Historicamente estagnado entre 35% e 40%, o índice de ociosidade médio das plantas do setor subiu para 50%. "A capacidade instalada hoje no mundo poderia produzir 85 milhões de veículos por ano", informa o sociólogo.

POLÍTICA DE C&T

Estados rejeitam encargos da União

A proposta do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) para que os estados assumam os encargos e as responsabilidades até hoje atribuídas ao governo federal pode abalar o sistema federal de ciência e tecnologia, com repercussões nos sistemas estaduais. O alerta é do Fórum dos Secretários Estaduais de Ciência e Tecnologia, que esteve reunido em Brasília, na segunda-feira (26/04), quando os representantes estaduais decidiram se posicionar contra a proposta do Ministério e exigir que o governo federal cumpra os compromissos assumidos com os estados.

Os secretários decidiram também iniciar um pro-

cesso de discussão sobre a nova realidade e mobilizar a comunidade científica para participar da pressão junto ao MCT, objetivando manter os compromissos assumidos. A proposição do MCT refere aos projetos já contratados pelas suas agências de fomento (FNDCT, PADCT III e Pronex) para esse ano. O MCT propôs que os estados assumam esses encargos, explica o presidente do fórum, secretário Adão Villaverde, da Ciência e Tecnologia/RS. A mudança pode implicar na fragmentação do sistema federal de C&T e na possibilidade de abandono da discussão sobre a necessidade de implementação de uma política nacio-

nal de ciência e tecnologia que sirva de base para a construção de uma política industrial e agrícola para viabilizar o desenvolvimento econômico autosustentável do país, adverte Villaverde.

Além de fragmentar toda a lógica da política de C&T, a alteração resultará na sobrecarga das instituições estaduais de fomento à pesquisa (FAP's) que já enfrentam dificuldades devido às heranças recebidas dos governos anteriores. A proposta do MCT introduz mudanças profundas no sistema nacional de C&T que podem ser caracterizadas como estruturais e não apenas conjunturais, observa o secretário.

Secretário responde a carta da Adufrgs

Prof. Carlos Schmidt
Porto Alegre, RS

Porto Alegre, 29 de abril de 1999.

Prezado Professor,

Em resposta à sua solicitação de informações, ofício número 015, datado de 22 de abril de 1999, relativo ao tema "Programação dos recursos destinados à Fapergs para o ano de 1999", temos a informar o que segue:

Ao assumir a Secretaria de Ciência e Tecnologia do Estado do Rio Grande do Sul, o Governo Democrático Popular deparou-se com uma política concreta de C&T, proposta pelo Governo Britto, completamente desconectada da formulação da política industrial e agrícola. Esse modelo econômico se caracterizava pela lógica do apoio irrestrito aos grandes empreendimentos transnacionais, financiados pelo Estado com recursos obtidos às custas de um amplo processo de privatização. O projeto do Governo anterior entregava, portanto, ao Sistema de C&T gaúcho um papel absolutamente secundário na sua proposta de política de desenvolvimento econômico e social, tornando-se mais um elemento de contribuição para a crise social e econômica do Estado do RS.

Especificamente sobre a Fapergs, no primeiro dia do nosso governo, nos preparamos com a quebra de uma tradição, até então vigente, na condução das transições na instituição. O governo que saía exonerou o diretor-presidente do CTA da Fapergs – professor Pedro Cesar Dutra Fonseca – abrindo uma crise nos primeiros dias da gestão do Governo Democrático Popular na SCT. Ao encaminhar o processo de nomeação do novo diretor-presidente do CTA, a Secretaria da Ciência e Tecnologia promoveu, sempre levando em conta todos os aspectos envolvidos, uma ampla e democrática forma de consulta, envolvendo diretamente o Conselho Superior da Fapergs e a comunidade científica e tecnológica de modo geral. O processo de discussão feito em conjunto com todos os atores envolvidos, culminou na recondução de Pedro Fonseca ao cargo de presidente do CTA. Cabe ressaltar que a forma democrática com que conduzimos todo este episódio pode ser visto como um parâmetro das relações que pretendemos manter com a comunidade científica e tecnológica.

Nos três primeiros meses de trabalho na Secretaria, foram avaliadas as condições de funcionamento do Sistema Estadual de Ciência e Tecnologia. Esse balanço foi conduzido considerando a realidade nacional, que aponta para uma tentativa de ampla reestruturação do Sistema de Ciência e Tecnologia Nacional. O governo federal pretende repassar aos estados vários encargos de financiamento que, historicamente, sempre foram sua incumbência. A consequência imediata dessa atitude é tornar ainda mais difícil e custoso o esforço para a formulação de uma política científica e tecnológica centrada nos interesses nacionais. Não obstante a brutal crise financeira do Estado, realizamos as negociações e mediações necessárias para a obtenção de recursos estaduais para o sistema de C&T.

Neste sentido decidimos também, de comum acordo com o CTA e o Conselho Superior, honrar, já em nossos primeiros 3 meses de governo, todas as bolsas em andamento e projetos que não pudessem sofrer descontinuidade. Como resultado da avaliação realizada, a SCT definiu as ações estratégicas que deverão ser levadas adiante no Governo Democrático Popular, o que inclui: 1) Ações de resistência às mudanças propostas por Bresser no quadro nacional de C&T, discutidas com a co-

munidade; 2) A definição das prioridades em termos de C&T no âmbito estadual de forma articulada com as políticas de desenvolvimento e sociais, preconizadas no programa do Governo. Como exemplo dessas políticas, pode-se citar ações a serão efetivadas nas áreas de agroindústria, saúde, educação, inovação tecnológica, através de pequenas empresas; tecnologias limpas, gargalos tecnológicos nas cadeias produtivas do RS, como courocalçadista e metal mecânico.

Por outro lado, abrimos um processo de discussão no interior do Governo, onde um dos objetos era definir a aplicação dos poucos recursos disponíveis para investimento no primeiro ano. Definimos que o Tesouro vai repassar para a Fapergs nesse ano, um valor que será o dobro do que o governo anterior investiu em seu primeiro ano e quase igual ao investido no último ano de gestão. A despeito de todas as dificuldades enfrentadas, que são do conhecimento da população gaúcha, o Governo Popular se esforça para cumprir sua parte, o que, diga-se de passagem, não ocorre com o Governo Federal.

Nosso compromisso é de repassar um valor sistemático e regular, de modo a permitir um planejamento, a curto e médio prazo, da política de fomento da fundação. Atualmente, de posse dessas informações e depois de sucessivas reuniões na SCT, o CTA e o Conselho estão fechando um plano de trabalho para o ano.

Julgamos importante também explicitar o cronograma de alocação de recursos do Tesouro. Vamos, a partir de um valor de R\$ 600.000,00 no mês de abril, montante que deve crescer progressivamente nos meses seguintes, chegando aos R\$ 1.100.000,00 em julho, seguindo nesse patamar até o final do ano. Esse valor, que será mantido de forma contínua e regular a partir de julho, é superior a cota de R\$ 875.000,00, destinada mensalmente em 1998. A tendência é de, no segundo ano do nosso Governo, destinar à Ciência e Tecnologia, através da Fapergs, recursos iguais ou mesmo superiores aos alocados no último ano do Governo Britto.

A Secretaria da Ciência e Tecnologia, através de ações junto à Finep, obteve também um aporte à Fapergs de mais de R\$ 650.000,00, parcela do "Programa de Reestruturação, Modernização e Capacitação da Infra-estrutura de Ciência e Tecnologia do Estado do Rio Grande do Sul". Estamos negociando a liberação de outra parcela de R\$ 650.000,00 também do referido programa.

Além das ações já citadas e que estão em implantação, a SCT prioriza esforços para obter recursos adicionais junto às instituições federais de apoio à pesquisa, como a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e, também, junto a organismos internacionais da área como, Unesco e órgãos da União Europeia.

Cabe ressaltar que os recursos alocados à Fapergs deverão servir como instrumentos essenciais para a implantação de uma política de Ciência e Tecnologia consonante com o programa do Governo Democrático Popular e com a política de desenvolvimento econômico e social desenhada para o Estado do Rio Grande do Sul.

Sendo o que se apresentava, despeço-me,
Atenciosamente,

Adão Villaverde
Secretário de Estado para a Ciência e Tecnologia do RS
Presidente do Fórum de Secretários Estaduais de Ciência e Tecnologia

Atenção!

Reunião do Fórum Estadual de C&T

Com a participação do secretário estadual de C&T, Adão Villaverde

Dia: 13/5 Horário: 17h Local: Auditório da Faculdade de Ciências Econômicas

Rualdo Menegat / Professor do Instituto de Geociências da Ufrgs

Autonomia, Autômatos, a Ciência e a Fapergs

O primeiro autômato antropomórfico (máquina com forma humana e falante) foi construído em 1788. A única frase que pronunciava era "viva o rei". Com a Revolução Francesa de 1789, o autômato ficou rapidamente anacrônico. Embora fosse um grande engenho, os revolucionários franceses o abjuraram e o guilhotinaram, pois o autômato não podia atualizar-se e dizer "viva a República. Essa história, narrada por Kurzweil, mostra que instrumentos podem ser efêmeros. Por isso, organismos sociais, como o Estado, precisam estar em constante mutação, sob pena de se tornarem autômato e anacrônicos.

A Fapergs, como instrumento de política científica do Estado, precisa ser refundada constantemente. Isto é, precisa estar coadunada com as diretrizes políticas gerais do governo. Esse, por suas vez, precisa ser democrático, espraiado e capilarizado numa sociedade participante que ajuda a atualizar as suas organizações. Aqueles que querem fazer da Fapergs um autômato não só correm o risco do anacronismo, como, pior, reivindicam um privilégio monárquico de utilizar a seu "bel prazer" o erário público. Estranho que cientistas sociais venham defender que órgãos de fomento da Ciência sejam autômatos. Com a revolução epistemológica desencadeada por Popper, Kuhn, Lakatos e Feyerabend, entre outros, tal posição é insustentável. A

Nova Epistemologia veio mostrar que a Ciência é resultante da atividade social circunscrita a uma época histórica. Portanto, a Ciência é falível, corrige-se pelo erro e também não é neutra e objetiva, como preconizaram os positivistas. A Ciência está mergulhada no contexto cultural ao mesmo tempo em que também o engendra.

A Fapergs deve atualizar-se por questões políticas e epistemológicas. Deve fomentar linhas de pesquisa científica que tenham significado social e econômico e que favoreçam a emancipação da comunidade sul-rio-grandense. Que sirvam para reforçar a identidade social dos povos frente à globalização sem caras e verdades. Que contribuam para que a sociedade possa conhecer o mundo e a si mesma de modo crítico, para além do imediatismo, da ideologia, da crença e dos preconceitos. Que ajudem a gestão do Estado, embasando com grande documentação e pesquisa as políticas públicas de saúde, educação, meio ambiente, agricultura, desenvolvimento econômico, habitação, etc., colocando o serviço da gente gaúcha.

A Fapergs é vital para a emancipação humana, para a democratização do Estado, para o avanço tecnológico, para a busca do desenvolvimento sustentável. Muito mais do que reivindicar o cumprimento do repasse constitucional de 1,5% para esse órgão – que nenhum governo ainda efetivou, os cientistas devemos ser capazes de mostrar aos gaúchos, por meio de políticas científicas socialmente justificáveis, que esse percentual, mais do que mecanismo normativo, é fundamental para a plenitude da sociedade. Mesmo porque devemos ser capazes de mostrar, também, que a Fapergs não atende a apenas alguns grupos de pesquisa. Que ela pode estabelecer critérios que envolvam toda uma nova geração de pesquisadores, os quais possuem novas idéias, formadas em atmosferas mais democráticas, mas que ainda não foram chamados a utilizar seu potencial e inteligência.

A autonomia dos pesquisadores significa que, em regimes democráticos, todos somos livres para pensar e expressar o que quisermos. Isso não pode ser confundido, como alguns o pretendem, com autonomia dos órgãos públicos. A autonomia destes últimos significa transformá-los em autômatos incorrigíveis, que só acabam interessando aos autoritários. A democracia, como a Ciência, são formas que permitem corrigir erros e isso significa a possibilidade de que o Estado e os governos não se tornem autômatos. Porque, nesse caso, como todos sabemos – especialmente os historiadores sérios – a cabeça que acaba sobrando é a dos cientistas críticos e, claro, a do povo, como aconteceu no nazismo, nas burocracias do leste europeu e na ditadura militar.

Laura Souza Fonseca / Delegada eleita para o 18º Congresso da Andes-SN

Algumas adversidades do Adverso 43

(ou uma outra leitura acerca do 18º Congresso da Andes-SN)

O início de um novo ano letivo sem dúvida renova nossas esperanças, não em façanhas governamentais que alterem significativamente a vida dos que se colocam no campo da maioria da população vilipendiada pelas concepções neoliberais de política sócio-econômica, dirigentes no governo federal. Mas, na utopia de que o incontestável agravamento da crise defina, mais explicitamente, os caminhos do movimento social, entre eles do movimento sindical.

A conduta da diretoria da Andes-SN como dos setores com eles alinhados deixam transparecer a ilusão de que ainda há o que (de positivo) esperar do governo FHC-FMI, se não vejamos:

1. Nossa AD não recebeu o caderno de textos do último Congresso em tempo hábil para discussão e, diferente de outras ADs cuja base sindical é menor, não se preparou para o debate além de, a única tese que apresentou, não ter sustentado sua discussão;

2. Igualmente outras ADs levaram jornais, adesivos, calendários e outras produções para socializar no Congresso, a Adufrgs-SSind. nada levou;

3. Como preparar o Movimento Docente (MD) para mais um ano de lutas, sem fazer esforço para subsidiar os delegados com argumentações para o debate? Aliás, ficou muito claro que apenas a 'chamada oposição' investiu em discussão política para preparar seus delegados para o cláusula;

4. A diretoria da Andes-SN foi surpreendida pela grande diferença de votos entre as suas posições e àquelas que a ela se opunham; feita a constatação, tratou de esvaziar sistematicamente o plenário – isto não é um esforço para o debate fraternal!

5. A oposição não tinha a preocupação de ser sistematicamente contrária à diretoria, as divergências são muito claras e antigas, tanto no campo ideológico quanto nos encaminhamentos decorrentes da leitura política feita;

6. Por exemplo, a concepção de soberania nacional é uma bandeira que nos distingue historicamente de um dos setores que compõem a atual diretoria, nosso entendimento sempre teve um cunho internacionalista e, par-

te da diretoria da Adufrgs-SSind. como da Andes-SN compartiam desta posição;

7. Outro exemplo diz respeito às dívidas interna e externa, mais uma posição histórica dos setores que compõem a chamada oposição – pelo não pagamento destas – por entendermos que não foram feitas nem pelos, nem para os trabalhadores, portanto esses não têm que ter seus parcos salários arrochados para pagá-la; além de já ter sido paga pelos constantes acordos-renegociações dos governos brasileiros com o capital internacional e, ainda discutimos no Congresso, a necessidade de saldar a dívida social – leia-se investimento em educação, saúde, habitação, emprego, assistência social... antes de aventar o pagamento de outras dívidas;

8. Quanto à carreira, há vários pontos a discutir (1) foi o autoritarismo e a traição ao movimento da atual diretoria da Andes-SN que excluiu 1º e 2º graus, bem como os aposentados das negociações ao final da greve; (2) o que votamos foi o respeito a uma carreira amplamente discutida no MD e por ele aprovada. Ou será que a cada tempo devemos rasgar nossas bandeiras para fazer novas mais palatáveis ao poder federal? (3) essa questão também é verdadeira no que tange à defesa da autonomia – ou a auto-aplicabilidade do artigo 227 da Constituição Federal – que me conste é outra bandeira 'chamada' histórica do MD;

9. Convém lembrar que no XVII Congresso da Andes-SN, em 98, o companheiro Coggiola já denunciava "a necessidade (para a política neoliberal) de alterar o Art. 207, que rege a autonomia universitária e as responsabilidades da União junto às Ifes. (...) pois as alterações propostas (na PEC-370) podem abrir brechas jurídicas que possibilitariam o início do privatização das universidades públicas, desresponsabilizando progressivamente o Estado brasileiro do financiamento público (...)" Uma rápida leitura no que anda sendo publicado acerca da proposta do governo para a autonomia não nos afasta deste risco. Será que não é hora de cerrarmos fileiras em defesa da universidade pública, gratuita, autônoma e de qualidade ao invés de tentar desfazer as deliberações de nosso Congresso?

10. A diretoria da Andes-SN, sim, parece que se preocupou, sistematicamente, em atrasar os grupos mistos não encaminhando as listas de presença e, ainda, buscou confundir o debate no plenário enviando relatórios parciais e desorganizados ou 'esquecendo' questões regimentais no encaminhamento da mesa – será que essas atitudes são de investimento no debate político?

11. Quanto às discussões acerca de descredenciamento, das delegações da ADUFAL-SSind. e, também, da Adufrgs-SSind. cabe dizer que a primeira feriu critérios legais de seu regimento e nossa AD apresentou uma ata rasurada (e não 'o uso indevido de uma palavra' como quer fazer crer a matéria do ADVERSO 43, p.7) para indicação de delegados. Será que se esses acontecimentos tivessem ocorrido em ADs da 'chamada situação' a conduta das diretórias (da Andes e da Adufrgs) teria sido a mesma?

Quando não investimos na preparação de um Congresso Nacional que pauta as lutas de uma categoria por um ano e ficamos com minoria na correlação de forças, é hora de dar uma verdadeira demonstração de espírito fraternal e democrático assumindo e encaminhando as deliberações do Congresso ao invés de ficar 'jogando lama' nas posições vencedoras?

Se o ano é novo e a luta é velha, essa estratégia de defesa na derrota é senil! O Congresso é o fórum de deliberação das lutas da categoria. Participar das discussões e votações sem fugir por ser minoria é único exemplo de respeito à democracia do movimento possível.

Um sindicato forte não se constrói escondendo as divergências, nem menosprezando as posições vencedoras, muito menos se ausentando do debate onde 'a posição' é minoria.

"A sobrevivência da universidade pública, gratuita, autônoma e de qualidade depende essencialmente da nossa capacidade de mobilização e de luta."

• PELO ENCAMINHAMENTO DA PAUTA APROVADA NO 18º CONGRESSO DO ANDES-SN!

Boa luta!



Mario Wrege / Professor do Instituto de Pesquisas Hidráulicas da Ufrgs

A Gata

A História da Adufrgs está contida em um ente raro. Tal ente está presente em todas as atividades do Sindicato, na sede.

Participa de todas as reuniões, tanto das informais como das cruciais. Aliás, ao contrário de muitos dos sindicalizados, faz questão de estar presente. Se tem reunião, lá está. É verdade que dorme o tempo todo, às vezes espreguiça-se ou, talvez, quando o assunto começa a ficar chato, circula pela sala – dando-se ao luxo de sair, quando a coisa fica insuportável, creio.

Creio que não existe, no movimento docente – o soberbamente dito MD – alguém com mais horas de atividade sindical. É claro que aí há uma atenuante: habita a sede. Assim, já parte de uma plataforma privilegiada. Mas, não devemos desqualificar, a sua presença é constante. Mais importante: não reclama das mazelas ou da qualidade dos argumentos.

Ao contrário, parece não se importar com isto e, isto sim, parece estar ali com um semblante de evidente prazer.

Outra característica notável é que é um ser muito higiênico. Assim, não se importa em fazer seu asseio em público, cuidadosamente, mas sem afrontar ninguém – não importando a gravidade do momento. E dá-se ao luxo de limpeza completa. Terminada a atividade, volta à sua atividade preferida: dormir. E o faz placidamente, com charme. Mas, o mais engraçado é que, por vezes, ronca – e ninguém reclama. Até gosta-se, pois supõe-se que ela faz isto por puro prazer. Assim, o mais correto é dizer: ronrona. E aí vai outra lição deste singular ser:

não tem o mínimo pejo em demonstrar prazer e, ainda, desbragadamente, de procurar e de favorecer, por sua presença, quem lhe dá prazer.

Apesar desta constante presença, nunca ninguém sentiu-se chateado por sua presença. Ao contrário, quando se aproxima de alguém é sempre recebida com satisfação; talvez, até, como um reconhecimento de certo prestígio pessoal. Assim, suponho, até, que, caso não tenha se aproximado de alguém do grupo naquele evento, o esquecido sentir-se-ia como que – no limite – rejeitado. Evidentemente que não é este o caso. Talvez ela não tenha tido tempo de dar atenção a todos. Aqui, estou certo, forçou um pouco a barra. Pois, quem recebe atenção é ela, toda a vez que se aproxima. E nem precisa pedir, pois ela recebe um afago espontaneamente.

Talvez haja muitas lições a aprender com este ser singular. Há que se a observar atentamente, pois é muito sutil, apesar de insinuante. Assim, talvez valha a pena adaptar um sentimento de um famoso ex-ministro: gata também é gente.

Como todos já devem estar desconfiados, estou falando da Judi.

PS.: por último, mas não menos importante: é a queridinha do Presidente.



Fabrica Osanai

ORELHA

A formação dos assentamentos rurais no Brasil: processos sociais e políticas públicas

Leonilde Servolo de Medeiros e Sérgio Leite (organizadores) Discute a multifacetada da formação dessas áreas, a gênese e o desenvolvimento das formas de reivindicação e pressão social, o papel das organizações rurais e as marcas principais dos assentamentos rurais e suas relações com o Estado e suas políticas. Editora da Universidade. 279p.



A escalada do monte Improvável

Richard Dawkins
Uma viagem em direção ao cume do "monte Improvável", imagem usada pelo autor para representar o caminho evolutivo das espécies. Companhia das Letras. 376p.

Bilhões e bilhões – reflexões sobre vida e morte na virada do milênio
Carl Sagan
Traz artigos sobre temas variados, do direito ao aborto ao papel da ciência e tecnologia na discussão dos problemas ambientais. Companhia da Letras. 272p.

WWW

Livros raros

www.19thcenturyshop.com

Livros, manuscritos, consultoria e pesquisa bibliográfica

Banca de revistas

www.bhnet.com.br/banca

Publicações on line e acesso a agências de notícias internacionais

AD NAUSEAM



HEMEROTECA

Jornais Diários

Zero Hora
Correio do Povo
Jornal do Comércio
Folha de S. Paulo

Crucificado pela oposição, pela imprensa e até mesmo por colegas de governo, o secretário do Desenvolvimento, José Luiz Vianna Moraes, o Zeca, foi o personagem que passou boa parte do mês de abril no olho do furacão. Cada vez que sentava à mesa de negociação, Zeca Moraes só tinha uma coisa em mente: os poucos recursos que o Estado dispõe para investimento não deveriam ir para quem não necessita. Negociava com executivos das montadoras Ford e GM mais do que a credibilidade política do governo recém-empossado. Nesta entrevista, concedida uma semana antes da Ford do Brasil anunciar que o projeto Amazon iria deixar o Rio Grande do Sul para buscar outras paragens, Zeca Moraes explicou como andavam as negociações e, principalmente, antecipou o desfecho do episódio demonstrando que o governo estava disposto a ir em frente.

James Görgen

ADverso - Se a GM voltou atrás em alguns pontos, por que não aconteceu o mesmo com a Ford?

Zeca Moraes - A distância num caso e no outro, sem dúvida nenhuma, é uma distância maior porque estamos falando de um aporte de R\$ 400 milhões num caso e um aporte de R\$ 60 milhões no outro. Não que R\$ 60 milhões seja pouco dinheiro, porque é uma barbaridade de dinheiro, que o estado não dispõe. De qualquer forma, encontrar fontes alternativas de financiamento para R\$ 60 milhões é mais viável. Eu diria que o grau de dificuldade está posto neste ponto. Desde o primeiro momento, a GM veio para um processo de negociação. Desde a primeira vez que nós sentamos dissemos: "Bem, temos um problema conjunto, queremos em conjunto encontrar uma saída para esse problema, que não é fácil". Por isso nós já tivemos uma quantidade de reuniões com a GM. O que a GM colocava é que a fábrica no estágio em que está seria mantida mas que, eventualmente, o produto poderia vir a ser desenvolvido em outro lugar. Ou seja, o projeto do novo veículo poderia ser transferido para outra unidade. Este era, digamos o risco real. Lógico, a fábrica permaneceria aqui.

Adverso - Especialistas garantem que a vida útil dessas plantas industriais irá acabar justamente quando as empresas teriam que começar a pagar os financiamentos e tributos normalmente?

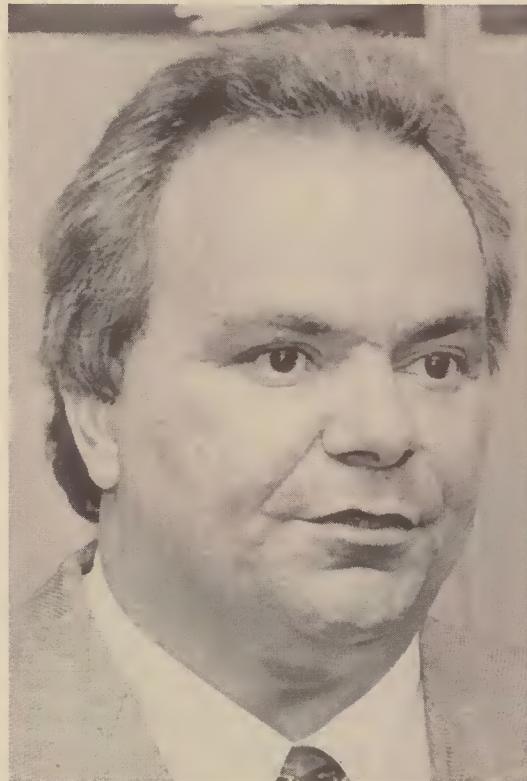
Moraes - Na realidade, os contratos dos incentivos fiscais levam a uma normalidade teórica de pagamento de tributo dentro de 37 anos do início da produção. Se começar a produzir em 2000, nós estamos falando em 2038. Evidentemente que esta planta não permanece como está até lá. A prensa que acaba de ser montada na fábrica da GM, que de acordo com as informações da GM só existem duas no mundo, é um equipamento extremamente moderno. É claro que em 2038 não será mais. Esse é um problema a contornar.

Adverso - O estado corre o risco de ficar refém e ter que colocar recursos públicos ad infinitum?

Moraes - Não, creio que o Estado não corre este risco. Não há dúvida de que esta fábrica terá que ir se modernizando. Se nós pegarmos as unidades da Ford em São Paulo, por exemplo, elas estão lá há muitas décadas. Concretamente, elas estão buscando expansão para outros locais, inclusive para cá. Eles falam na possibilidade concreta de em cinco anos fechar. São situações que estão postas e que reforçam o problema do contrato. Veja o seguinte: foram concedidos financiamentos em 15 anos e não há nenhuma cláusula que diga que, caso a empresa feche as suas portas aqui, pague anteci-

“Todas as empresas são bem-vindas”

Renato Vieira



Moraes: Prioridade é o interesse da população

padamente o final deste financiamento.

Adverso - Onde começa, efetivamente, o projeto de desenvolvimento do governo Olívio Dutra, uma vez que até agora se discute a revisão de acordos com grandes empresas e nenhum projeto foi lançado para beneficiar as pequenas e médias?

Moraes - Há uma distinção entre aquilo que vem a público, através da grande imprensa, e aquilo que é o efetivo trabalho da secretaria. Nos últimos 30 dias, a agenda pública do secretário da Sedai está realmente muito envolvida com a questão GM e Ford. Agora, o conjunto da secretaria vem desenvolvendo um trabalho mais extenso, dentro da concepção da campanha, que é o desenvolvimento a partir do fomento à pequena e média empresa, voltado a partir da matriz industrial tradicional. Ou seja, pegando os grandes complexos como é o mecânico, o coureiro-calçadista, o químico-plástico, a agroindústria, e também alguns que não chegam a formar um complexo industrial, mas alguns segmentos importantes como o setor moveleiro. Além disso, queremos trabalhar no sentido de atrair novos segmentos que sejam estratégicos para o desenvolvimento da economia.

Adverso - Os recursos públicos só serão utilizados para efeito de incentivo e não de subsídio?

Moraes - A nossa discordância é no sentido da concessão de incentivos, de subsídios, para quem não precisa. A pequena e a média empresa pode obter eventualmente incentivos, inclusive de maneira mais vantajosa do que no mercado, o que não deixa de ser de maneira subsidiada. Não é mais possível essa política de incentivos fiscais da forma como vem sendo feita. Com essa política promovida por vários estados, ter que pagar os tributos normalmente significa um diferencial de custos e, consequentemente, diferencial de competitividade. Não se trata de dizer que a vinda da indústria automobilística para o Rio Grande não é interessante para a economia gaúcha. O importante é discutir se o conjunto de recursos que o estado aplicou, ou se comprometeu em aplicar para viabilizar a vinda destas indústrias, não poderia gerar um retorno maior à economia e à sociedade gaúcha se fosse aplicado de outra forma. Na ver-

dade, as metas de geração de emprego são apenas metas porque não houve compromisso firmado nos contratos. Aliás, não há qualquer compromisso que seja de um índice de estadualização, seja de um programa de fomento à economia gaúcha, ao setor clássico, ao setor metal-mecânico, para que se possa ter capacitação de empresas locais.

Adverso - Como implementar algum benefício mais concreto para o estado?

Moraes - Temos um problema básico: o fato de que o estado não dispõe dos recursos, um pouco mais de R\$ 450 milhões que teria de desembolsar entre este ano e o começo do ano que vem. Este é o primeiro ponto a ser transposto. Eu diria um ponto essencial porque se este não for alterado, se nós não encontrarmos outras fontes de financiamento, sejam das próprias empresas ou outras, não há como avançar. Este é o primeiro ponto e todo o restante na verdade se subordina a isso.

Adverso - Até que ponto os meios de comunicação influenciaram a polarização do debate?

Moraes - Devemos separar esta avaliação de duas formas. A imprensa indo atrás da notícia para informar a população, vem fazendo absolutamente o seu papel. Neste sentido, os repórteres que vêm buscar as informações estão absolutamente cumprindo o seu papel. Agora, em alguns meios de comunicação, em alguns jornais, se nós lermos o texto da matéria e a manchete podemos ver o descolamento entre a manchete e o conteúdo da matéria. Aí eu identifico claramente um componente de posicionamento na questão, de posicionamento ideológico e político. A população tem o direito de conhecer, e será devidamente informada pelo governo, seja qual for o resultado das negociações. Agora, há do ponto de vista dos partidos políticos e da grande mídia, uma articulação que em muito desinforma. Neste sentido, estranho muito o fato da pesquisa de opinião (publicada pelo jornal Zero Hora em 16 de Abril) que é feita por um departamento da Ufrgs não ter em nenhum momento perguntado: o senhor é favorável a que o estado dê R\$ 460 milhões para a GM e para a Ford? Existiu uma primeira pergunta que diz o seguinte: o senhor é a favor da vinda da GM e da forma Ford para o RS? O que me surpreende na resposta é o fato de 8% não responderem que sim e não o fato de 92% da população responderem que sim. Perguntado sobre isto, evidentemente eu responderia que sim. Me surpreende não ter havido aí a pergunta, porque esta é a outra pergunta que evidentemente a pesquisa tinha que fazer: o senhor é favor de que para isso o estado aporte R\$ 850 milhões, sendo ainda mais R\$ 460 milhões a serem pagos? Esta pergunta não foi feita. E eu gostaria de ter visto o resultado deste questionamento.

Adverso - Qual o saldo político dessa discussão?

Moraes - Eu acho que é importante, não só nessa como na discussão também em relação ao governo federal, que se possa afirmar politicamente que o estado do Rio Grande do Sul não se submete a interesses, que exige ser respeitado, exige ter o interesse da população colocado como prioridade. Acho que estes impasses todos mostram claramente que a prioridade é o interesse da população. A oposição vem trabalhando no sentido de dizer que há um sectarismo, de não querer dialogar com essas empresas. Isso não é verdade. O governo tem o interesse em dialogar com todo mundo que queira vir se implantar no estado. Todas as empresas serão bem-vindas, desde que venham para trazer benefícios para a população gaúcha e não para explorar o Estado.



Apresentação

O presente trabalho de levantamento de dados sobre os professores aposentados da UFRGS que estamos dando conhecimento ao público, se constitui num esforço coletivo deste Grupo de Trabalho de Seguridade Social/Aposentados, da ADUFRGS, e orientado pelos docentes que subscrevem a pesquisa. Entre a idéia inicial, a elaboração do questionário, sua distribuição e devolução e o posterior tratamento e análise dos dados, decorreram alguns meses, o que não descaracteriza os resultados finais face à metodologia empregada.

Os dados aqui disponibilizados permitem uma interpretação do que poderia se constituir no perfil do docentes aposentados da UFRGS, suas motivações, aspirações e inquietações. Possibilitam, ainda, uma percepção de como consideram o futuro e uma reflexão sobre as suas condições por parte daqueles que estão prestes a ingressar na categoria de aposentados ou que temem a futura aposentadoria em decorrência da nova legislação previdenciária. O trabalho aqui apresentado contém análise dos dados, sem as devidas interpretações que podem enriquecê-lo ainda mais. Estas interpretações, em nível individual ou coletivo, é que estamos solicitando aos nossos colegas para um aprofundamento deste estudo.

Encarecemos o encaminhamento de comentários para um futuro aproveitamento dos debates que certamente deverão ocorrer sobre a questão.

Acreditamos ser esta uma contribuição que poderá servir de modelo e fonte de inspiração para outras iniciativas semelhantes, buscando colher elementos sobre a categoria profissional dos docentes universitários, especialmente num momento em que novas ameaças pairam sobre a mesma, face a anunciada disposição governamental em promover a autonomia universitária, principalmente às custas do segmento dos professores aposentados que seriam excluídos das IFES para serem acumulados na vala comum do Tesouro Nacional, abrindo caminho, assim, para a quebra da paridade, tão duramente conquistada na CF de 1988.

Esperamos, ainda, com esta publicação contribuir para um incremento do debate sobre as questões de aposentadoria num momento em que este assunto ganha novas dimensões frente ao modelo político-econômico adotado em nosso País.

Prof. Lúcio Hagemann,
Coordenador do Grupo de Trabalho/Aposentados da
Adufrgs - Seção Sindical da ANDES - SN

BREVE CARACTERIZAÇÃO DOS PROFESSORES APOSENTADOS DA UFRGS

Primeiro Semestre de 1997

Leda Gobetti, Margot Ott e Renita Allgayer

Colaboração especial na construção dos questionários: Carlos Peixoto, Denise Gimenez, Marilene Schmarzeck; na programação: José Carlos Grijó

A análise das características dos professores aposentados da UFRGS foi realizada a partir dos dados coletados num questionário de 22 itens. O questionário foi enviado pelo Correio a aproximadamente 600 docentes aposentados, filiados a ADUFRGS até o final do primeiro semestre de 1997. Foram recebidos 142 questionários devidamente preenchidos por professores que obtiveram sua aposentadoria até aquela data.

A amostra ficou constituída de 81 docentes do gênero masculino e 61 do gênero feminino, sendo 97 casados, 20 desquitados/divorciados, 18 solteiros, 5 viúvos, e 2 com estado civil não declarado. No período em que os questionários foram devolvidos – 15/11/97 a 15/4/98 – os respondentes contavam com a idade de 48 a 90 anos (TABELA I). A maioria na faixa dos 55 a 74 anos.

**TABELA I – IDADE EM 1997
DOS PROFESSORES APOSENTADOS DA UFRGS**

Idade	No. de Professores
48-54	20
55-64	61
65-74	49
75-90	11
Não informado	1
Total	142

Decodificados os questionários, os dados obtidos foram reunidos em quatro categorias:

- 1– Condições/ motivação aposentadoria;
- 2– Situação sócio-econômica;
- 3– Relação aposentado/ UFRGS;
- 4– Relação aposentado /ADUFRGS.

I-CONDIÇÕES/MOTIVAÇÃO APOSENTADORIA- Reunimos nesta categoria os dados referentes aos anos de atividade exercida na UFRGS, titulação, gênero, idade com que obtiveram a aposentadoria e motivação para requerê-la.

Tomamos, como referência básica para examinar esta categoria, os anos de atividade exercida exclusivamente na UFRGS, sem contar com qualquer outra atividade desenvolvida fora dessa Instituição. Como se observa na TABELA II , a grande maioria dos professores, 61%, se aposentou no mínimo com 25/30 anos de serviço na UFRGS, sendo que alguns trabalharam pelo espaço 37 a 48 anos.

**TABELA II – ANOS DE ATIVIDADE
NA UFRGS DOS DOCENTES APOSENTADOS**

anos de Atividade	No. de Docentes
0-6	1
7-12	2
13-18	20
19-24	24
25-30	48
31-36	26
37-42	12
43-48	1
Não informado	8
Total	142

Nas TABELAS III e IV , reorganizamos as informações relativas aos anos de atividade na UFRGS, destacando a idade na época da aposentadoria e gênero dos respondentes.

Em relação à aposentadoria, devemos considerar que o tempo de serviço exigido do magistério era de 25 anos para as mulheres e 30 anos para os homens em qualquer Grau de ensino, podendo ainda contar, proporcionalmente, o tempo de serviço em outras atividades.

**TABELA III- IDADE DOS PROFESSORES DO GÊNERO FEMININO
NA APOSENTADORIA/ANOS DE ATIVIDADE NA UFRGS**

Idade	45-49	50-54	55-59	60-64	65-69	70 ou mais	Não inform.	Total	%
Anos									
Atividade									
1-6	1							1	2
7-12	1							1	2
13-18	3	7	2				1	13	21
19-24	10	4	1	1	1	1	1	19	30
25	4	2	3				1	10	16
26-30	1	3	2	1	1			8	14
31-36		1	4	1				6	10
37-42						1		1	2
Não informado	1							2	3
Total	20	18	13	3	2	2	3	61	
%	33	30	21	5	3	3	5		100

Observamos na TABELA III que 55 % dos respondentes do gênero feminino se aposentaram com menos de 25 anos de trabalho na UFRGS e 45% com 25 ou mais anos de serviço nesta Instituição.

Quanto ao tempo de serviço, ainda chama atenção o fato de 29% dos respondentes deste grupo trabalharam mais do que 25 anos na UFRGS, e que 32 % contavam, à época da aposentadoria, com 55 anos de idade ou mais.

**TABELA IV – IDADE DOS PROFESSORES DO GÊNERO MASCULINO
NA APOSENTADORIA / ANOS DE ATIVIDADE NA UFRGS**

Idade	39	45-49	50-54	55-59	60-64	65-69	70 ou mais	Não inform.	Total	%
Anos										
Atividade										
7-12	1*								1	1
13-18		3	1	1	2				7	9
19-24		2	3						5	6
25-29			4	5	2			3	14	17
30			5	7	3			1	16	20
31-36			3	9	3	2	1	2	20	25
37-42				1	4	5	1	1	11	14
43-48							1		1	1
Não informado	1		2	2		1			6	7
Total	1	4	17	28	14	8	2	7	81	
%	1	5	21	35	17	10	2	9		100

* Pelo Ato Institucional n.5

A TABELA IV nos mostra que 67 % dos respondentes do gênero masculino se aposentaram com 30 ou mais anos de atividade na UFRGS, sendo que 40% trabalharam de 31 a 48 anos nesta Instituição e uma parte deles (15%) permaneceu por tempo superior a 36 anos de atividade. Em relação à idade, 62 % dos respondentes tinha idade inferior a 60 anos, mas um subgrupo permaneceu na ativa até aproximar-se o período previsto para a aposentadoria compulsória (70 anos de idade).

A titulação dos professores aposentados e onde a obtiveram está apresentada na TABELA V.

TABELA V – TITULAÇÃO DOS PROFESSORES APOSENTADOS E LOCAL DE SUA OBTENÇÃO

Local	Rio Grande do Sul	Outros Estados	Exterior	Não informados	Total
Titulação	UFRGS / Outras				
Graduação	106	27	2	1	142
Especialização	35	3	16	20	74
Mestrado	47	8	10	12	77
Doutorado	12	1	6	18	37
Livre-docência	14	2		2	18
Total	214	41	34	51	348

Ao examinarmos a TABELA V, considerando o local de obtenção da titulação dos professores aposentados, observamos na primeira coluna que a maioria recebeu sua diplomação como graduado na própria UFRGS: 106 professores que correspondem a 75 % da amostra. Em relação aos títulos de pós-graduação lato sensu, especialização, mestrado, doutorado e livre-docência, que somam 206, esta porcentagem diminui : 108 títulos (52%) foram conferidos pela UFRGS e 98 (48%) por outras instituições do país ou do exterior. Examinando separadamente cada nível dessas titulações, verificamos que 35 (47%) dos 74 títulos de especialista foram obtidos na UFRGS, bem como 47 (61%) dos 77 títulos de mestre. A situação se modifica, quando examinamos o local de obtenção do título de doutor: 12 (32%) na UFRGS e 25 (68%) em outras instituições, dos quais 18 (49%) no exterior. O título de livre-docente foi, em sua grande maioria, obtido na UFRGS (78%).

Somando todos os títulos emitidos por cursos de pós-graduação – especialização, mestrado e doutorado – e sem incluir a livre-docência, cujo título resulta de concurso, temos 188 títulos , sendo que 94 (50%) foram obtidos na UFRGS, enquanto os outros 94 (50%) foram conquistados em instituições congêneres, conforme a seguinte distribuição: 44 (23%) no país e 50 (27%) no exterior. Assim, se, de um lado, isso indica que a própria UFRGS educa seus professores, de outro mostra a variedade de fontes de preparo das quais os professores participaram.

Este conjunto de informações mostra o alto nível de titulação dos professores aposentados e se torna ainda mais evidente quando olhamos a TABELA VI em que é registrada a titulação máxima alcançada pelos docentes.

TABELA VI – TITULAÇÃO MÁXIMA OBTIDA PELOS PROFESSORES APOSENTADOS

Titulação máxima	N	%
Graduação	24	17
Especialização	22	15
Mestrado	41	29
Doutorado	37	26
Livre-docência	18	13
Total	142	100

Verificamos na Tabela acima que apenas 17% dos professores respondentes receberam como titulação máxima a graduação e 15% especialização. Os outros professores (68%) conquistaram como titulação máxima o mestrado (29%), o doutorado (26%) e livre-docência (13%). Reunindo os dados destes dois últimos níveis de titulação, verificamos que 39% dos professores respondentes alcançaram as mais altas titulações conferidas nos estudos universitários: doutorado e livre-docência.

Os motivos apresentados pelos docentes para requererem a aposentadoria foram indicados em questão aberta, possibilitando mais de uma resposta por docente. As informações foram agrupadas em oito subcategorias conforme TABELA VII.

TABELA VII – MOTIVOS APRESENTADOS PELOS PROFESSORES PARA SOLICITAREM APOSENTADORIA

Subcategorias	No. de Professores	% *
Tempo de serviço	88	62
Mudança das regras	40	28
Insatisfação/Instituição	10	7
Insatisfação/Trabalho	9	6
Divergências ideológicas	8	6
Rendimentos	6	4
Saúde	2	1
Outros	3	2

*O percentual foi calculado sobre o número de respondentes(142) e não sobre as respostas apresentadas(166).

Observamos na Tabela VII que 62% dos professores registraram ser o tempo de serviço o motivo para aposentadoria, associado ou não a outras razões. Dentre essas, aparece a mudança das regras da aposentadoria com 28%. Todavia, as causas não foram só as mudanças que efetivamente vieram a ser promulgadas, como também as ameaças permanentes em relação à aposentadoria que tanto tumultuaram a vida universitária. Isto sugere que muitos professores poderiam ter continuado com suas atividades, ultrapassando o tempo mínimo exigido por lei como, aliás, muitos o vinham fazendo, conforme aparece nas Tabelas II, III e IV.

II – SITUAÇÃO/ATIVIDADE SÓCIO-ECONÔMICA – Nesta categoria reunimos as respostas que se referem ao tipo de aposentadoria, fonte de renda, padrão de vida, ocupação atual, motivação para voltar ao trabalho e atividades não remuneradas.

No que se refere ao tipo de aposentadoria, registramos que 124 respondentes (87%) obtiveram aposentadoria integral, enquanto 14 (10%) optaram por aposentadoria parcial e 4 (3%) não informaram sobre este item.

Indagadas se conseguiam manter o mesmo padrão de vida após a aposentadoria, os respondentes se dividiram em dois grupos : 79 docentes (56 %) responderam afirmativamente e 55 docentes (44 %) responderam negativamente.

Perguntados se os proventos da UFRGS se constituem em sua única fonte de renda, 54 professores (38%) responderam afirmativamente. E 65 professores (40%) afirmaram que tinham outra atividade remunerada, mesmo antes da aposentadoria.

Em relação à ocupação atual, 72 docentes (52%) – 50 homens e 22 mulheres – iniciaram ou renovaram alguma atividade remunerada após a aposentadoria. Comparando estes dados com os referentes às atividades desenvolvidas fora da UFRGS antes da aposentadoria, constatamos que houve um acréscimo de 10 % de professores exercendo outra atividade remunerada.

Dentre as novas atividades desenvolvidas predominam as de caráter independente: 32 docentes (23%) declararam atuar como profissionais liberais, como assessores/consultores e na área da agropecuária e comércio. Quase na mesma porcentagem (21%) aparece o trabalho docente. Trinta professores exercem essa atividade: 21 em instituições particulares e 9 em instituições públicas. É interessante registrar que nas instituições particulares a maioria trabalha no ensino de graduação, enquanto nas públicas, colaboram no ensino de pós-graduação. Igualmente chama a atenção o fato de que estes docentes só atuam num tipo de instituição: ou particular ou pública. Os restantes, 7 % deste grupo, declararam ser pesquisadores do CNPq, pesquisadores de centros independentes e escritores.

A maioria dos professores que voltaram a exercer alguma atividade profissional referem questões econômicas como motivação para voltar ao trabalho. Além disso, citaram motivos tais como: necessidade

de manter-se em atividade, de ser útil, de continuar intelectualmente produtivo e por terapia ocupacional.

Perguntamos, também, se os professores aposentados estavam desenvolvendo algum tipo de trabalho não remunerado: 71 professores (50%) responderam afirmativamente. A maioria, 33%, desenvolve atividades de caráter comunitário: em grupos comunitários de trabalho e estudo (23 %), em grupos religiosos (5%) e sindicais (5%). Os demais (17%) citam atividades de caráter pessoal, familiar e de lazer.

Além das atividades acima referidas, 30 professores (21%) participam como estudantes em cursos de pós-graduação, graduação, educação continuada e outros cursos de curta duração.

III – RELAÇÃO APOSENTADO/UFRGS – Nesta categoria estão incluídos os conteúdos relativos à representação dos professores aposentados nos Órgãos Colegiados da UFRGS, no Colégio Eleitoral e sua participação em atividades da UFRGS bem como críticas à relação UFRGS/aposentados.

A maioria absoluta dos professores (84%) acredita ser importante a representação dos docentes aposentados nos Órgãos Colegiados.

Considerando os respondentes que especificaram a participação defendida nos Órgãos Colegiados da Universidade, podemos considerar três grupos 1– os que julgam que os aposentados devem participar de todos os Órgãos Colegiados; 2– os que afirmam a importância da representatividade no CONSUN e 3– os que referem o COCEP, Comissões de Carreira, Órgãos de Unidade e Pró-Reitoria de Graduação, Pesquisa e Extensão e Conselho de Curadores. Ainda, 68% julgam que os aposentados deveriam ter participação no Colégio Eleitoral para escolha do Reitor.

No questionário enviado, informamos que o CONSUN decidiu elaborar uma proposta de participação dos docentes aposentados nas atividades da Universidade e perguntamos quem estaria interessado em participar: 47% responderam afirmativamente, indicando que gostariam de colaborar no ensino (graduação e pós-graduação), na pesquisa e desenvolvimento de projetos.

Quanto às críticas, sugestões e observações relacionadas aos assuntos que dizem respeito à Aposentadoria/UFRGS, 32 professores se manifestaram de acordo com a seguinte classificação:

1. Crítica ao tratamento dado ao aposentado – desconsideração e descaso (10 docentes);

2. Crítica à UFRGS – indiferença quanto aos interesses dos professores ativos e inativos, isolamento dos inativos, autoritarismo remanescente e desvalorização dos professores não titulados (5 docentes);

3. Crítica ao MEC – mudanças de regras que tumultuam e dificultam o desenvolvimento da Universidade Pública (5 docentes);

4. Sugestões – programa de preparação para aposentadoria, manutenção da paridade e do valor real do salário, uso do serviço da UFRGS pelos aposentados e possibilidade de o aposentado ser professor visitante na sua própria universidade (12 docentes).

IV – RELAÇÃO APOSENTADO/ADUFRGS – Nesta categoria estão incluídos os itens referentes ao nível de satisfação com a ADUFRGS, conhecimento e avaliação do Grupo de Trabalho dos aposentados e do jornal do sindicato.

Quanto ao nível de satisfação com a ADUFRGS, verificamos que 122 professores (86%) consideram satisfatória sua situação de filiado da ADUFRGS, pelos seguintes motivos: eficiência do sindicato, seu sistema de comunicação e atendimento personalizado. De outro lado, 16 professores (11%) registraram sua insatisfação com relação à ADUFRGS por considerarem o sindicato atrelado politicamente, burocrático, não combativo, com uma diretoria composta por pessoas pouco agregadoras, falho quanto à convocação de aposentados para as assembleias, à apresentação de relatórios sobre a arrecadação/gastos e processos judiciais. Também há crítica quanto ao esquecimento dos professores não titulados nas reivindicações salariais da categoria.

Dos respondentes, apenas 48% têm conhecimento das atividades do Grupo de Trabalho de Seguridade Social da ADUFRGS. 41% mostram-se satisfeitos com o GT. Os demais não se manifestaram. Os comentários relativos ao GT têm todos um caráter positivo. Consideram-no um grupo atuante que promove uma divulgação adequada de seu trabalho e é um GT que continua vivo dentro da ADUFRGS. Haveria necessidade de maior participação de aposentados, pois, apesar de todo o empenho do GT, os ganhos que garantem seus direitos têm sido reduzidos.

A maioria dos professores que não participam das atividades do GT, alega como causas: falta de tempo, mudança de residência, trabalho fora da cidade, saúde precária, desinteresse, aversão às reuniões e cansaço. Das poucas sugestões para ampliar a participação no GT destacam-se a necessidade de se esclarecer os propósitos deste GT e a modalidade de participação.

Em relação ao Jornal da ADUFRGS, 96% dos professores respondentes declaram que o lêem e, para melhorá-lo sugerem que seja mais sintético e contestador, além de ampliar o leque de informações, incluindo assuntos variados: artigos sobre a terceira idade, entrevistas com professores ativos e inativos sobre sua área de conhecimento, levantamento do número de docentes ativos e inativos, sócios e não-sócios da ADUFRGS e pesquisas sobre egressos dos cursos de mestrado e doutorado.

Os professores aposentados ainda apresentaram idéias para manter a ADUFRGS como base de resistência e inovação: atuar sem esmorecer, ser uma “vox populi” na educação, incentivar manifestações na Reitoria, no Congresso e no Executivo, reativar o espírito de classe, aproximando-se mais dos docentes ativos e inativos.

ATENÇÃO PROFESSOR APOSENTADO!

As reuniões do Grupo de Trabalho Aposentados da Adufrgs acontecem tradicionalmente nas segundas quartas-feiras de cada mês, na sede da Adufrgs. A próxima reunião será realizada no dia 9 de junho. Durante o inverno, as reuniões serão realizadas no período da tarde, a partir das 14 horas. Participe.

Próxima reunião do GT-Aposentados:: **9 de junho**

Horário: **14 horas**